G. MINAS PRODUÇÕES ÁUDIO-VISUAIS LTDA.



O CANGACEIRO E O SAMURAI

PROJETO DE FILME DE LONGA METRAGEM

CÓPIA 1/4
COMPLETA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA CULTURA
SECRETARIA PARA O DESENVOLVIMENTO AUDIOVISUAL

Fax: (061)321-7738

Telefone para contato:(061) 226-6299

BRASÍLIA, 28 de JANEIRO DE 1997
Destinatário: José Geraldo Santos Pereira
Fone/fax: (031) 371-4604

MENSAGEM

Prezado Senhor

Estamos enviando à V.Sa. o ***Comprovante de Aprovação de Projeto***, que credencia o projeto ***O Cangaceiro e o Samurai*** a obter investimentos conforme previsto na Lei 8685/93, no valor de R$ 2.876.124,34 (dois milhões, oitocentos e setenta e seis mil e cento e vinte e quatro reais e trinta e quatro centavos), juntamente com a documentação original do projeto.

Atenciosamente,

VERÔNICA F. F. LIMA E SILVA
Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental - SDAv/MinC

COMPROVANTE DE APROVAÇÃO DE PROJETO

Nº 365/97

Certifico que o projeto O CANGACEIRO E O SAMURAI xxxxxxxxxxx xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx *da empresa brasileira de capital nacional* G. MINAS PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS LTDA xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx *CGC nº* 42.808.212/0001-40 xxxxxxx *está credenciada à obter investimentos, conforme previsto na Lei 8685/93,* junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Valor do Orçamento: R$ 3.671.338,50

Valor da Captação: R$ 2.876.124,34

Valor da Contrapartida comprovada: R$ 795.214,16

Este comprovante tem validade de 1 (um) ano a contar da data de sua emissão.

Em, 30 *de* JANEIRO *de 19* 97

SECRETARIA PARA O DESENVOLVIMENTO AUDIOVISUAL

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Of.DEC/GP/Nº 94 /76 . Em, 4 de fevereiro de 1976

Do : Presidente do Instituto Nacional do Cinema

Ao : Sr. Geraldo Santos Pereira

Assunto : Concurso de Roteiros Originais

Prezado Senhor,

Tenho o prazer de registrar, com o presente ofício, a premiação de Vossa Senhoria por decisão da Comissão Julgadora do Concurso de Roteiros Originais, de âmbito nacional, para filmes de longa metragem, criado nos termos da Portaria 49, de 16 de junho de 1975, pelo Instituto Nacional do Cinema. Seu roteiro "O CANGACEIRO E O SAMURAI" foi um dos seis escolhidos pela Comissão Julgadora integrada pelos senhores Octavio de Faria, Renato Bittencourt, Alberto Shatovsky, Ely Azeredo e Carlos Amaral da Fonseca, este último seu presidente.

2. A satisfação com que nos dirigimos a Vossa Senhoria é ainda maior pelo fato de o Concurso ter obtido grande repercussão em todo o País, a ponto de atingir a cento e noventa e dois o número de inscrições. Dado o grande número de concorrentes e o expressivo nível qualitativo de um considerável número de roteiros inscritos, o INC solicitou e obteve o apoio da Embrafilme à iniciativa, podendo, assim, duplicar o número de Prêmios a serem atribuídos pela Comissão Julgadora.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Senhoria protestos de distinta consideração e apreço.

Alcino Teixeira de Mello
Presidente

CAF/afm

O CANGACEIRO E O SAMURAI

S i n o p s e

1. Após receber, como pagamento de dívida, uma fazenda de gado no interior da Bahia, o fazendeiro japonês Massao Takeda deixou São Paulo, onde residia com sua mulher, Kimie, e foi radicar-se numa região áspera e bela, flagelada, na década de 30, pelas incursões dos bandos armados de cangaceiros.

Com o falecimento da esposa, Massao, sem filhos, viu-se só na fazenda que ele aperfeiçoara com a tradicional competência agrícola da operosa raça nipônica. Nostálgico e solitário, chamou do Japão um sobrinho, Kyoshiro Takeda, também de origem rural, como ele, e a quem desejava fazer herdeiro dos bens.

Kyoshiro, casado com a jovem e bela Sayuri, aceitou o convite do tio e embarcou com a esposa e a mãe, viúva, chegando, por volta do ano de 1935, ao porto de Salvador. No meio de seus pertences, Kyoshiro trouxe uma trabalhada e preciosa arca japonesa, à qual dedicava cuidados especiais.

Recebidos pelo tio, Kyoshiro, Sayuri e a mãe, dona Mari, rumaram, numa velha "Jardineira", para a vasta propriedade rural, em pleno sertão baiano, conhecida como "Fazenda do Japonês".

2. A chegada dos parentes de Massao e, especialmente, de Sayuri, que vestia um belo e colorido traje japonês, encheu de alegria o velho Massao, despertando-lhe, pela semelhança que a moça tinha com sua falecida esposa, reminiscências que, com o passar do tempo, transformaram-se em perturbadora atração.

Também o capataz da fazenda, Antônio Garcia, baiano rude e másculo, sentiu-se fortemente seduzido pela beleza e o encanto juvenil de Sayuri. Dedicava-lhe, contudo, um respeito que, no fundo de si mesmo, misturava-se com um secreto sentimento passional que Kyoshiro, pouco a pouco, foi descobrindo com preocupação e revolta.

3. A fazenda, sob o impulso da juventude, os conhecimentos e a dedicação de Kyoshiro, prosperou e favoreceu, sem grandes dificuldades, a rápida ambientação dos nipônicos na vida rural nordestina, gerando a dualidade de ricas e antagônicas culturas populares. Enquanto, por exemplo, a família japonesa comemorava, no interior da sede, o dia do "Tanabata-Matsuri", uma tradicional festa agrícola do Japão, os empregados baianos, para retribuir a gentileza dos patrões, que lhes ofertaram doces e bebidas típicas do ritual nipônico, realizaram num galpão da fazenda uma

impressionante demonstração do Candomblé, no qual, trajado de Ôgún, o capataz Antônio Garcia, ganhou grande destaque.

As duas festas, alternando ritmos, melodias, cantos e danças na ardente noite sertaneja, exaltavam o misticismo de duas raças, agravando, contudo, o antagonismo que, aos poucos, crescia entre Kyoshiro e Antônio Garcia, provocado pela obsessiva admiração que o capataz dedicava a Sayuri.

3. Certa noite, na ausência de Kyoshiro, em viagem de negócios, o velho Massao e Sayuri foram espairecer na varanda. E lá recordaram, nostalgicamente, a pátria distante. Metros adiante, em frente à casinha onde morava, Garcia dedilhava o violão, criando, na insinuante noite do sertão, uma atmosfera poética e sensual.

Massao, transportado para o passado e sugestionado pelo encanto de Sayuri, imaginou-a transmudada em Kimie, a esposa falecida, que ele amou profundamente. A lembrança retrospectiva a tornara mais jovem, levando, a certa altura, Massao encaminhar-se para a rede onde Sayuri repousava. E lá estendeu-lhe os braços, tentando abraçá-la, como tantas vezes fizera com a esposa. Sayuri, atônita, muito espantada, recuou, afastando Massao com as mãos. Naquele exato instante o latido forte de um cão quebrou o encantamento que se apoderara do velho fazendeiro, trazendo-o de volta à realidade. Massou, prostrado pela vergonha, percebeu o olhar de espanto e repulsa que a jovem esposa de Kyoshiro lhe dirigia. Profundamente deprimido, Massao desculpou-se, voltou ao quarto de dormir, fez preces e em seguida se matou com um veneno que ele próprio preparara.

4. Assumindo com a morte do tio a propriedade da fazenda, o primeiro gesto de Kyoshiro foi despedir o antigo capataz. Garcia, montando um cavalo que ele comprara do japonês, afastou-se do lugar onde vivera a maior parte de sua vida. Ao passar diante da casa-sede, avistou Sayuri à janela. Retirou o chapéu de palha, dirigindo-lhe um olhar de amorosa despedida. Esporeou o animal e partiu num galope veloz.

Ganhando a estrada de terra, o antigo (capataz) deparou, quilômetros adiante, com um cangaceiro ferido, pedindo socorro. Desmontou e foi ajudá-lo. Antes de morrer, gravemente ferido a bala, o cangaceiro pediu-lhe que avisasse a família, moradora no vilarejo de Manga Rosa, pouco adiante, e desse ciência de sua morte a Aparício Meireles, chefe de um dos mais temíveis bandos que assolavam a região nordestina, e que se encontrava foragido nas imediações da Chapada da Ema.

Antônio Garcia, fiel à palavra dada, rumou para Manga Rosa, levando o dinheiro e os pertences que o cangaceiro lhe confiara: cartucheira, fuzil, chapéu de couro e alparcatas. Mas ao entrar no povoado foi, subitamente, cercado por soldados do destacamento logal, confundido com cangaceiro e jogado na prisão.

Espancado e humilhado, guardando um ódio surdo e impotente, Garcia tramou durante vários dias a fuga da cadeia. E teve êxito, certa noite, depois de estrangular, através das grades, um soldado, de quem roubou a chave da cela.Penetrou na mata e evitando os lugarejos mais povoados, alcançou o esconderijo do bando de Aparício Meireles. E nele se integrou, como cangaceiro,disposto a matar e a morrer, iniciando, então, nova fase de sua vida atribulada.

5. Enquanto isto, na "Fazenda do Japonês", a terra se cobrira de novos cultivos, o gado e as criações se multiplicavam, a propriedade prosperava sob a direção vigorosa de Kyoshiro.

Antônio Garcia, por sua vez, vivia a saga perigosa e sangrenta do cangaço, revelando nas refregas com a Polícia e os capangas dos latifundiários, uma extraordinaria bravura que o colocou na chefia do bando, após a morte de Aparício, em violento confronto com os inimigos.

Garcia, apesar da vida aventurosa que o deslocava por toda a região nordestina, guardava sempre na lembrança a imagem delicada da japonezinha que tanto o encantara. Contra Kyoshiro, que o expulsara da fazenda, não devotava ódio, mas um sentimento vingativo que, certo dia, se exteriorizou.

E, efetivamente, numa quente manhã de verão, aproximou-se,com o bando,da "Fazenda do Japonês", que , inopinadamente, invadiu em manobra fulminante. Kyoshiro estava ausente, em viagem de negócios à capital. Pegando de surpresa os moradores, Garcia penetrou no casarão e foi ao encontro de Sayuri, que se refugiara num dos quartos. Foi quando avistando a mãe de Kyoshiro, armada com um punhal, pronta para atacar o chefe do bando, um cangaceiro ergueu o fuzil e a abateu com tiro certeiro. Sayuri desfaleceu, amparada por Garcia que, antes de partir, retirou de um guarda-roupa a vistosa indumentária que ela usava, e que tanta admiração lhe causava. Carregou Sayuri nos braços e, antes de afastar-se com sua gente, montou no cavalo e colocou Sayuri na garupa , pedindo a Pedro Roque, o novo capataz, que informasse a Kyoshiro que agora a moça lhe pertencia. Esporeou o animal e arrancou num galope que ecoou pela campina.

6. Retornando, no dia seguinte, Kyoshiro deparou com o quadro trágico: morta a mãe e seqüestrada a esposa. Fechado em ódio, calado e enigmático, mandou selar um cavalo e foi buscar, no interior da casa, a velha canastra, que amarrou cuidadosamente no animal. Pedro Roque estranhou que não levasse arma de fogo e quiz acompanhá-lo. Mas o japonês recusou, respondendo, laconicamente:

- Vou sozinho. Não preciso de arma.

Depois partiu, só, iniciando uma longa e obstinada perseguição que atravessou o sertão da Bahia e de outros estados do Nordeste.

O filme, a partir deste ponto, passa a manter narrativa ambivalente, alternando a ação em ações paralelas que mostram a tenaz perseguição de Kyoshiro, de um lado, e, de outro, a insólita aventura vivida por Sayuri entre os cangaceiros.

Enquanto o japonês, chapéu de palha à cabeça, vestindo roupa sertaneja, com os pequenos olhos fincados na distância, perscruta pistas e decifra detalhes no chão, nas árvores, no carrascal da caatinga, Antônio Garcia, por outro lado, invade fazendas e povoados, defronta-se com os soldados do governo, transporta Sayuri pelo território escaldante do Nordeste, criando uma legenda de sangue e audácia.

No meio daqueles homens que rasgam o sertão, invadindo fazendas e cidades, matando os que resistem, apropriando-se de bens e dinheiro, a japonezinha é uma presença estranha e poética, montada num cavalo magro e seguindo, calada, a vida errante do bando. À noite, nos acampamentos erguidos em esconderijos vigiados, os cangaceiros armam redes, limpam e remuniciam armas, preparam comida, banham-se em rios e riachos, divertem-se, jogando cartas, dançando a capoeira. Antônio Garcia pede, então, a Sayuri para vestir o quimono de cores exóticas. E vai recostar-se no selim do cavalo, contemplando-a, calado, por longo tempo, embevecido. Nunca a toca, respeitando-a como um objeto sagrado.

7. Enquanto isto, Kyoshiro, quilômetros distante, também repousa numa rede, o rosto enigmático, tenso e sombrio.

No dia seguinte, ao amanhecer, a perseguição recomeça. Nada detém, ou intimida, o japonês, na perseguição itinerante: nem o sol escaldante; nem os espinhos das unhas-de-gato, rasgando-lhe a pele. Segue em frente, penetra nos cerrados de macegas altas e palmatórias, avança na caatinga espinhenta sob o céu sem nuvens. E cruza a fronteira com o Piauí, passando perto do Boqueirão, Cacimba, Raimundo Nonato, cortando o rio Piauí, no mesmo ponto atravessado, antes, pelo raptor de sua mulher. Depois segue na direção de Açuã. Avança, em seguida, direto a Pedrnambuco, beirando Recanto, Amargosa, Rajada, atravessando o Pontal e chegando a Cabrobó, onde repousa mais demoradamente.

E recomeça, recomeça sempre, avistando caatingas altas, baixas, mestiças e sujas;transpondo rios, riachos, serras, serrotes, furnas e grotões; mandacurus e facheiros, xique-xiques, faveleiros, juazeiros, umbuzeiros, aroeiras, angicos, umburanas e barrigudas. Alimentando-se do que pode encontrar, principalmente frutas, carne seca, farinha, paçoca e rapadura, Kyoshiro Takeda avança nas pegadas do grande inimigo.

8. Certo dia, em violenta refrega com soldados da polícia, Antônio Garcia é ferido e desfalece, voltando a si no meio do mato, num grotão, inteiramente só. Acredita, então, que, disperso o bando, Sayuri escapara. Mas pouco depois, o coração enchendo-se de ternura, avista a japonezinha que chega com uma cúia de água para tratar-lhe o ferimento. Mais tarde,

convalescendo num lugarejo afastado, tomado de assalto pelo bando, que se reagrupara, Garcia vê Sayuri que chega com um prato de sopa. Nada lhe diz, o olhar exprimindo ternura e gratidão, vendo-a afastar-se, silenciosamente.

Fora, na entrada do lugarejo, a silhueta de Kyoshiro Takeda desenha-se no céu estrelado. O japonês, seguindo as pistas dos bandoleiros, encontrara, finalmente, o odiado inimigo. E espera, pacientemente, o momento para atacá-lo.

9. E o momento, chega, de fato, quando o bando deixa o povoado e, escapando da polícia, alcança o interior de Sergipe onde, num capão do mato, faz nova parada para repouso e remuniciamento, prendendo redes, armando barracas, estendendo esteiras no chão.

Quando anoitece, surgindo no alto de um morrete, Kyoshiro chega a cavalo, protegido pelo matagal, ouvindo, pouco adiante, a algazarra dos cangaceiros, que jogam partidas de "suecas", "três sete, "trinta e um", ou praticam a capoeira, ritmada pela "orquestra" de berimbaus e pandeiros.

10. Kyoshiro desmonta e, cautelosamente, evitando os vigias, examina o esconderijo dos fora-da-lei. Depois se afasta, mete-se no mato, retira a canastra, que deposita na raiz de uma árvore. Com uma pequena chave, abre a tampa do móvel. Surgem, então, um velho traje japonês, bem conservado e, mais ao fundo, refulgindo ao luar, uma espada samurai.

Kyoshiro substitui, então, o traje nordestino, pelo quimono tradicional dos lendários samurais. Depois prende os cabelos à moda nipônica, faz preces e, calmo, hierático, impressionante, encarnando a figura mitológica, aproxima-se do grotão onde os cangaceiros descansam e se divertem.

Subitamente, brandindo a espada e soltando um pavoroso grito de guerra, o samurai, num salto prodigioso, arroja-se no centro do valhacouto, com a imagem, fixada em câmera-lenta, voando no espaço.

E cai de pé no centro do acampamento, avançando contra os bandoleiros, paralizados pelo assombro. E lhes dilacera corpo, braços, pernas, tronco e cabeça.

Eis quando, chegando ao local da matança, seguido de perto por Sayuri, Antônio Garcia avista o antigo patrão. Desembainha o facão e caminha lentamente em sua direção, pronto para o duelo de morte. Kyoshiro, parado no meio de cadáveres, entre poças de sangue, espera-o, impassível,fixando nele um olhar duro e concentrado.

Os dois, brasileiro e japonês, fitam-se nos olhos, medindo forças. E, vagarosamente, aproximam-se um do outro, espada contra facão, samurai contra cangaceiro, homem contra homem.

De repente, as mãos sustendo a espada, Kyoshiro arremete, pronto para golpear. Mas Garcia, num átimo, desvia o corpo e também ergue o facão que se choca com o aço da espada.

No cangaceiro parece incorporar-se a divindidade fetchista, com o ferro para matar, no ritual do mito e da lenda.

E os dois inimigos duelam, por longos minutos, tendo como espectadores alguns poucos sobreviventes da chacina e Sayuri, imóvel num canto, esperando o desfecho.

Ferro e aço chocam-se ruidosamente, enquanto na trilha sonora, pontilhando o combate, ouvem-se também sons de atabaques, pandeiros e berimbaus, misturados com batidas de madeira,tambores japoneses, ruídos característicos da luta de samurais.

De repente, Garcia, com um berro, ferido no peito, cambaleia, deixa cair o facão, o sangue jorrando do talho profundo. E cai de joelhos, gemendo. Antes de morrer, volta os olhos para Sayuri, metros adiante, fria e impassível. Depois o chefe cangaceiro tomba a cabeça e morre.

Kyoshiro baixa a espada empapada de sangue, que limpa na roupa do cangaceiro derrotado. Aproxima-se, então, de Sayuri, enlaça-a, amorosamente, e lhe diz:

- Vamos embora.

Câmera, instalada em helicóptero, começa a subir, lentamente, deixando aquele lugar de sangue e tragédia.

Kyoshiro e Sayuri alcançam a colina, montam e seguem por um caminho de terra que serpenteia na caatinga.

Depois, subindo sempre, câmera focaliza a paisagem sertaneja onde o sol espalha luz brilhante e avermelhada.

Belo Horizonte, janeiro de 1997.

Geraldo Santos Pereira.

O CANGACEIRO E O SAMURAI

Interpretação e Justificativa

"Místico e rude, ao mesmo tempo justiceiro e criminoso, o cangaceiro forma, ao lado do cow-boy americano e do samurai japonês, a trindade dos grandes heróis do cinema, pelo menos aos olhos dos brasileiros".

Esta definição de Arlindo Silva exprime com acuidade o que pensamos desses heróis que, desde os primórdios do cinema, ocupam nossas telas, divertindo e emocionando vastas platéias do mundo.

Com relação ao cow-boy, foi ele, definitivamente, o personagem central da mais prolífera e criativa invenção temática da poderosa indústria cinematográfica dos Estados Unidos - o western - cultuado com fervor universalmente, a tal ponto que, em país como a França, inspirou um culto fervoroso, através do surgimento de clubes, cursos e ciclos de estudos, além de uma bibliografia fértil e erudita.

André Bazin, por exemplo, dedicou-lhe ensaios de notável lucidez, afirmando, num deles, que "o western é o mais específico gênero cinematográfico jamais criado".

A ele emprestaram seu extraordinário talento cineastas como John Ford, William Wyler, Henry Hathaway, Fred Zinemann e muitos outros, além, mais recentemente, de Clint Eastwood. Por quê não citar-se, inclusive, o italiano Sergio Leone, com seus famosos western-sapaghetti, tão numerosos e divertidos num período de crise do cinema italiano, que a eles ficou devendo notável recuperação?

O filme de samurai, no Japão, veio projetar mundialmente a figura de um dos maiores criadores cinematográficos de todos os tempos, Akira Kurosawa, abrindo um ciclo que até hoje perdura em obras de insuperável vigor dramático e beleza artística. Outros cultores do gênero também colocaram o guerreiro samurai como herói de aventuras e proezas de força impressionante.

Surgiu o samurai, como se sabe, no chamado período Kamakura, durante o qual se processou a unificação das diversas classes sociais existentes no sistema shõen - proprietários, gerentes, administradores de terras em "recomendação" e agricultores - em nova era modelada no regime de clãs. "Os guerreiros, ou samurais, eram vinculados por voto de lealdade aos senhores dos quais recebiam proteção, formando uma espécie de guarda pessoal, justificando a significação da palavra ("aquele que serve").

No Brasil a palavra cangaceiro procede, etimologicamente, de canga, que significa "jugo de bois", travessão de madeira que prende os bois no primitivo veículo de transporte rural, o popularíssimo carro-de-bois.

Cangaceiro é, pois, o fora-de-lei que integra o cangaço, a reunião de bandoleiros que, sob o comando de um chefe aguerrido, se põem a assaltar, cometer vinganças, fazer justiça com as próprias mãos, ou, finalmente, como os samurais, "servindo" aos fazendeiros e latifundiários da região nordestina.

O filme de cangaço, no Brasil, alcançou notável florescimento nas décadas de 50 e 60, estimulado pelo extraordinário êxito mundial do filme de Lima Barreto, "O Cangaceiro", premiado no Festival de Cannes, hoje um clássico do cinema brasileiro.

***

A apresentação do projeto de O CANGACEIRO E O SAMURAI tem duplo sentido: o de exaltação de um gênero de poderosa e permanente comunicabilidade popular, no Brasil e no exterior, e de valorização de personagens inspirados na mitologia brasileira e que povoam livros de escritores como Jorge Amado, José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Raquel de Queiroz, João Guimarães Rosa, João Ubaldo e tantos outros.

Estamos convencidos de que o gênero não se exauriu em nossos dias, como, de resto, igualmente, não se esgotou nos Estados Unidos e no Japão, contribuindo com força para o ressurgimento de nossa indústria cinematográfica, em instante fecundo e promissor que lhe conferem o governo federal e o Ministério da Cultura.

A justificativa deste projeto pode resumir-se, finalmente, nestes parágrafos do ensaio de Arlindo Silva:

"Cow-boy, samurai, cangaceiro - três heróis que, ao mesmo tempo, se parecem e se diferenciam. O primeiro traz um revólver invencível; o samurai a espada, o cangaceiro o facão e a carabina.

"O cow-boy é um individualista, cujas proezas são quase sempre solitárias. O samurai ultrapassa a simples condição de humanista. Como os outros, ele não respeita as leis, pois possui as suas próprias. O cangaceiro, por sua vez, é um revoltado, sem saber exatamente porquê; é duro e vingativo; seus parentes foram assassinados, geralmente pelos policiais e jagunços a soldo de um rico fazendeiro ambicioso".

O CANGACEIRO E O SAMURAI, aproximando e entrelaçando as ricas e belas culturas populares do Brasil e do Japão, busca criar situações de forte conteúdo dramático e humano, produzindo um espetáculo vigoroso e original, dirigido a todas as platéias. Este nosso maior compromisso.

Belo Horizonte, janeiro de 1997 - Geraldo Santos Pereira.

G. MINAS PRODUÇÕES ÁUDIO-VISUAIS LTDA.

O CANGACEIRO E O SAMURAI

ORÇAMENTO DE PRODUÇÃO

BELO HORIZONTE, JANEIRO DE 1997

O CANGACEIRO E O SAMURAI

RESUMO GERAL DO ORÇAMENTO

01. ARGUMENTO, DIÁLOGOS E ROTEIRO.....	R$ 50.000,00
02. PREPARAÇÃO	R$ 37.500,00
03. MATERIAL SENSÍVEL	R$ 89.910,70
04. LABORATÓRIO DE IMAGEM	R$137.329,30
05. CRÉDITOS E TRUCAGENS	R$ 78.645,00
05. EQUIPE TÉCNICA	R$423.850,00
06. ELENCO E FIGURAÇÃO	R$373.000,00
07. CENOGRAFIA E FIGURINO	R$170.000,00
08. DESPESAS COM ELENCO E EQUIPE	R$365.000,00
09. DESPESAS DE PRODUÇÃO	R$169.400,00
10. EQUIPAMENTO: CÂMERA, MAQUINÁRIA E SOM	R$207.202,00
11. MONTAGEM E EDIÇÃO DE SOM	R$ 74.834,00
12. MÚSICA	R$160.000,00
13. ESTÚDIO DE SOM	R$ 49.650,00
14. ENCARGOS SOCIAIS	R$397.385,00
14. ADMINISTRAÇÃO	R$157.800,00
15. VARIAÇÃO DE CUSTO E IMPREVISTOS	R$129.832,50
16. TAXA DE CAPTAÇÃO	R$600.000,00
TOTAL GERAL DO ORÇAMENTO	R$3.671.338,00

(Três milhões, seiscentos e setenta e um mil, trezentos e trinta e oito reais).

BELO HORIZONTE, JANEIRO DE 1997

01 - ARGUMENTO, DIÁLOGOS E ROTEIRO

1.0 - AUTOR: Geraldo Santos Pereira ..... R$ 50.000,00

01 - **TOTAL GERAL**: ..... R$50.000,00

Observação: Nº do Certificado de Registro de Direitos Autorais: 19.739, Livro 15, Fls. 54-55, de 29 de novembro de 1973.

02 - PREPARAÇÃO

2.01	- ESCOLHA DAS LOCAÇÕES (Viagens, hospedagem, alimentação, etc.)..	R$20.000,00
2.02	- TESTES EM VÍDEO (Locação de câmera, operador, material virgem e edição).....	R$10.000,00
2.03	- MATERIAL FOTOGRÁFICO.....	R$ 2.000,00
2.04	- IMPRESSÃO COMPUTADOR	R$ 3.000,00
2.05	- FAX E XEROX	R$ 2.500,00
02	- **TOTAL GERAL**.....	R$37.500,00

03 - MATERIAL SENSÍVEL

3.01 - Negativo de imagem / cor 5293	
188 latas x R$298,45.....	R$56.108,60
3.02 - Negativo de imagem/cor 5298	
62 latas x R4307,55.....	R$19.068,10
3.03 - Magnético de 1/4 456	
30 rolos x R$42,72	R$ 1.281,60
3.04 - Magnético 35mm p/mixagem	
10 latas x R$210,00	R$ 2.100,00
3.05 - Magnético 17,5mm p/transcrição	
40 latas x R$111,61	R$ 4.464,40
3.06 - Magnético 17,5 mm usado p/montagem	
50 latas x R$0,50,00	R$ 2.500,00
3.07 - Fita DAT 60m	
010 K 7 s x R$015,00	R$ 900,00
3.08 - Fita VHS T-10 p/testes	
210 fitas x R$2,80	R$ 588,00
3.09 - Fita S-VHS T-120 p/doc	
50 fitas x R$22,00	R$ 1.100,00
3.10 - Fita K7 T-120 p/som guia	
50 fitas x R$3,00	R$ 150,00
3.11 - Material para still	R$ 1.650,00

03 - **TOTAL GERAL**	R$89.910,70

04 - LABORATÓRIO DE IMAGEM

4.01 - Revelação negativo de imagem e cor	
30.000 mts x R$0,59	R$17.700,00
4.02 - Copião cor luz padrão	
30.000 mts. x R$0,99	R$29.700,00
4.03 - Copião cor c/marcação de luz	
3.000 mts. x R$1,05	R$ 3.150,00
4.04 - Montagem de negativo	
10 partes x R$235,08	R$ 2.350,00
4.05 - Interpositivo de segurança	
3.000 mts. x R$12,42	R$37.260,00
4.06 - Internegativo de segurança	
3.000 mts. x R$12,42	R$37.260,00
4.07 - 1a. cópia	
3.000 mts. x R$1,16	R$ 3.480,00
4.08 - Perdas: 5% (itens 2,3,5,6 e 7).....	R$ 5.542,50
4.09 - Testes sensitométricos	
10 testes x R$88,68	R$ 886,80
04 - TOTAL GERAL	R$137.329,30

05. - CRÉDITOS E TRUCAGENS

5.01 - Criação gráfica de letreiros de abertura e encerramento	R$20.000,00
5.02 - Confecção de artes para os letreiros	R$10.000,00
5.03 - Filmagem de letreiros em H.C. R$13.99/mt x 300 mts.....	R$ 4.197,00
5.04 - Revelação de H.C. de letreiros R$0,61/mt x 300 mts.....	R$ 183,00
5.05 - Interpositivo (master) em janela líquida linha a linha - R$22,25/mt x 300mts.....	R$ 6.675,00
5.06 - Internegativo (contratipo) em janela líquida linha a linha -R$22,25/mt x 300 mts.....	R$ 6.675,00
5.07 - Separação de negativo: R$60,06/h x 300 mts.....	R$ 600,00
5.08 - Copião color c/marcação de luz: R$1,05/mt x 300 mts.....	R$ 315,00
5.09 - Trucagens óticas e imagem aérea:300mts:	R$30.000,00

a)- Filmagem aérea em Oxberry;
b)- Efeito especial "ralenti";
c)- Afastamento de quadro;
d)- Fade-in;
e)- Fade-out.

05 - **TOTAL GERAL**	R$ 78.645,00

06 - EQUIPE TÉCNICA

	Função	Custo Sem.	Tempo	Total previsto
01 -	Diretor/Produtor	R$2.000,00	35 sems.	R$ 70.000,00
02 -	Produtor Executivo	R$1.500,00	35 sems.	R$ 52.500,00
03 -	1º Assist.Direção	R$ 600,00	17 sems.	R$ 10.200,00
04 -	2º Assist. Direção	R$ 400,00	16 sems.	R$ 6.400,00
05 -	Continuista	R$ 550,00	10 sems.	R$ 5.500,00
06 -	Secretário da Produção executiva	R$ 400,00	16 sems.	R$ 6.400,00
07 -	Diretor de Produção	R$1.200,00	17 sems.	R$ 20.400,00
08 -	1º Assist. Produção	R$ 800,00	16 sems.	R$12.800,00
09 -	2º Assist. Produção	R$ 500,00	15 sems.	R$ 7.500,00
10 -	3º Assist. Produção	R$ 500,00	15 sems.	R$ 7.500,00
11 -	Secretária Produção	R$ 400,00	16 sems.	R$ 6.400,00
12 -	Diretor de Fotografia e Camera-man	R$ 1.500,00	12 sems.	R$ 18.000,00
13 -	1º Assist.Câmera	R$ 650,00	11 sems.	R$ 7.150,00
14 -	2º Assist.Câmera	R$ 500,00	10 sems.	R$ 5.000,00
15 -	Operador steadycam	R$ 800,00	02 sems.	R$ 1.600,00
16 -	Operador de câmera vídeo	R$ 500,00	34 sems.	R$ 17.000,00
17 -	Fotógrafo de cena	R$ 500,00	10 sems.	R$ 5.000,00
18 -	Eletricista-chefe	R$ 700,00	10 sems.	R$ 7.000,00
19 -	1ºAssist.Eletricista	R$ 550,00	10 sems.	R$ 5.500,00
20 -	2ºAssist.Eletricista	R$ 550,00	10 sems.	R$ 5.500,00
21 -	Técnico Som direto	R$ 1.000,00	09 sems.	R$ 9.000,00
22 -	Assist.Téc.Som dir.	R$ 500,00	09 sems.	R$ 4.500,00
23 -	Diretor de Arte	R$ 1.000,00	15 sems.	R$ 15.000,00
24 -	Consultor japonês	R$ 1.000,00	10 sems.	R$ 10.000,00
25 -	Consultor cangaço	R$ 1.000,00	10 sems.	R$ 10.000,00
26 -	Cenógrafo	R$ 850,00	16 sems.	R$ 13.600,00
27 -	Assist.Cenografia	R$ 500,00	15 sems.	R$ 7.500,00
28 -	Aderecista	R$ 550,00	10 sems.	R$ 5.500,00
29 -	Contra-Regra	R$ 550,00	10 sems.	R$ 5.500,00
30 -	Assist. Cenotécnico	R$ 550,00	10 sems.	R$ 5.500,00
31 -	Figurinista	R$ 850,00	16 sems.	R$ 13.600,00
32 -	Assist. Figurinista	R$ 500,00	15 sems.	R$ 7.500,00
33 -	Costureira-chefe	R$ 500,00	12 sems.	R$ 6.000,00
34 -	Assist. costureira	R$ 500,00	12 sems.	R$ 6.000,00
35 -	Camareira	R$ 350,00	10 sems.	R$ 3.500,00

06 - EQUIPE TÉCNICA (Continuação)

	Função	Custo Sem.	Tempo	Total previsto
38 -	Tec.Efeitos especiais	R$ 650,00	08 sems.	R$ 5.200,00
37 -	Assist. Maquiador	R$ 300,00	10 sems.	R$ 3.000,00
38 -	Cabeleireiro	R$ 550,00	12 sems.	R$ 6.600,00
39 -	Assist. Cabeleireiro	R$ 300,00	10 sems.	R$ 3.000,00
40 -	Estagiário I	R$ 200,00	15 sems.	R$ 3.000,00
41 -	Estagiário II	R$ 200,00	15 sems.	R$ 3.300,00

06 - **TOTAL GERAL** ..... R$423.850,00

07 - ELENCO E FIGURAÇÃO

A - Papéis Principais	Unid.Tempo	Total Previsto
7.1 - MASSAO TAKEDA	5 semanas	R$ 20.000,00
7.2 - KYOSHIRO TAKEDA	9 semanas	R$ 40.000,00
7.3 - SAYURI TAKEDA	9 semanas	R$ 35.000,00
7.4 - MARI TAKEDA	5 semanas	R$ 20.000,00
7.5 - ANTÔNIO GARCIA	9 semanas	R$ 40.000,00
7.6 - PEDRO ROQUE	8 semanas	R$ 20.000,00
7.7 - APARÍCIO MEIRELES	5 semanas	R$ 15.000.00
7.8 - CANTADOR	4 semanas	R$ 15.000,00
TOTAL		R$205.000,00

07 - ELENCO E FIGURAÇÃO - (continuação)

B - Papéis Secundários	Unid. Tempo	Total Previsto
7.1 - UM ROCEIRO	1 semana	R$ 2.000,00
7.2- OUTRO ROCEIRO	1 semana	R$ 2.000,00
7.3- UM VAQUEIRO	1 semana	R$ 2.000,00
7.4- OUTRO VAQUEIRO	1 semana	R$ 2.000,00
7.5- UMA MULHER	1 semana	R$ 2.000,00
7.6- VAQUEIRO MAGRO	1 semana	R$ 2.000,00
7.7- VAQUEIRO ALTO	1 semana	R$ 2.000,00
7.8- MULHER DE COR	1 semana	R$ 2.000,00
7.9- CORONEL AMARO	1 semana	R$ 2.000,00
7.10- UM POPULAR	1 semana	R$ 2.000,00
7.11- SITIANTE	1 semana	R$ 2.000,00
7.12- EMPREGADO	1 semana	R$ 2.000,00
7.13- MERETRIZ I	1 semana	R$ 2.000,00
7.14- MERETRIZ II	1 semana	R$ 2.000,00
7.15- MERETRIZ III	1 semana	R$ 2.000,00
7.16- CAFONA	1 semana	R$ 2.000,00
7.17- LUIZA	1 semana	R$ 2.000,00
7.18- ENGRÁCIA	1 semana	R$ 2.000,00
7.19- MÁRIO FILÓ	1 semana	R$ 2.000,00
7.20- UM HOMEM	1 semana	R$ 2.000,00
7.21- UM FAZENDEIRO	1 semana	R$ 2.000,00
7.22- M. DO FAZENDEIRO	1 semana	R$ 2.000,00
7.23- CANGAC. FERIDO	1 semana	R$ 3.000,00
7.24- RAPAZINHO	1 semana	R$ 2.000,00
7.25- TENENTE RUBIÃO	1 semana	R$ 3.000,00
7.26 - ROCEIRO	1 semana	R$ 2.000,00
7.27 - FAGUNDES	1 semana	R$ 2.000,00
7.28 - MATIAS	1 semana	R$ 2.000,00
7.29 - SIT. JUCA CESÁRIO	1semana	R$ 2.000,00
7.30 - PADRE PONCIANO	1 semana	R$ 3.000,00
7.31 - MENDIGO CEGO	1 semana	R$ 3.000,00
7.32 - ZÉ TORQUATO	1 semana	R$ 2.000,00
TOTAL		R$ 68.000,00

C - FIGURAÇÃO	Custo unitário	Total Previsto
CERCA DE 1.000 (UM MIL) FIGURANTES PELO FILME, AO LONGO DE 8 SEMANAS DE FILMAGEM.	R$ 100,00	R$100.000,00
07 - **TOTAL**		R$100.000,00
)7 - **TOTAL GERAL**.....		R$373.000,00

08 - CENOGRAFIA E FIGURINO

Item		Total Previsto
8.01 -	Cenários (interiores e exteriores).....	R$50.000,00
8.02 -	Aluguel de Locações.....	R$20.000,00
8.03 -	Adereços.....	R$10.000,00
8.04 -	Objetos de cena alugados.....	R$10.000,00
8.05 -	Veículos, tratores, etc.	R$20.000,00
8.06 -	Animais (cavalos, bois, porcos, etc.).....	R$20.000,00
8.07 -	Mobiliário	R$10.000,00
8.08 -	Tecidos e aviamentos	R$10.000,00
8.09 -	Vestuário alugado	R$ 5.000,00
8.10 -	Material de maquiagem	R$ 5.000,00
8.11 -	Material para efeitos especiais	R$ 10.000,00
08 -	**TOTAL GERAL**	R$170.000,00

09 - DESPESAS COM ELENCO E EQUIPE TÉCNICA

Item	Total Previsto
9.01 - Hospedagem de 41 Técnicos	R$ 80.000,00
9.02 - Hospedagem de 32 atores	R$ 70.000,00
9.03 - Alimentação Técnicos	R$ 60.000,00
9.04 - Alimentação Atores	R$ 55.000,00
9.05 - Alimentação Figurantes	R$ 40.000,00
9.06 - Viagens/ Técnicos	R$ 20.000,00
9.07 - Viagens atores (via aérea)	R$ 40.000,00
09 - **TOTAL GERAL**	R$365.000,00

10 - DESPESAS DE PRODUÇÃO

Item	Quant.	C.Unit.	Tempo	Total Previsto
10.01 - Camionete	05	R$100,00	112 dias	R$ 56.000,00
10.02 - Micro ônibus	01	R$150,00	56 dias	R$ 8.400,00
10.03 - Caminhão baú	01	R$150,00	60 dias	R$ 9.000,00
10.04 - Caminhão aberto	01	R$150,00	10 dias	R$ 1.500,00
10.05 - Carro I	01	R$150,00	175 dias	R$ 26.250,00
10.06 - Carro II	02	R$150,00	175 dias	R$ 26.250,00
10.07 - Combustível	--	----------	238 dias	R$ 15.000,00
10.08 - Ônibus	--	----------	238 dias	R$ 10.000,00
10.09 - Táxi	--	----------	---------	R$ 5.000,00
10.10 - Gratificações	--	----------	---------	R$ 2.000,00
10.11 - Aluguel de helicóptero		----------	02 dias	R$ 10.000,00

10 - **TOTAL GERAL**..... R$169.400,00

11 - EQUIPAMENTO: CÂMERA, MAQUINÁRIA E SOM

Item	C.Unit.	U.Tempo	Total Previsto
11.01 - Câmera Arriflex BL III completa	R$4.000,00	8 sem.	R$ 32.000,00
11.02- Acessórios de câmera	R$1.000,00	8 sem.	R$ 8.000,00
11.03 - Câmera Arriflex BL II completa	R$3.700,00	2 sem.	R$ 7.500,00
11.04 - Steadycam s/câmera	R$1.000,00	25 dias	R$ 25.000,00
11.05- 2 mini-brut de 9 lâmpadas	R$ 263,20	8 sem.	R$ 2.105,00
11.06 - 5 refletores de 1.000 w abertos	R$ 223,50	8 sem.	R$ 1.788,00
11.07 - 5 refletores de 1.000 fresnel	R$ 273,25	8 sem.	R$ 2.186,00
11.08 - 2 Soft-light de 1.000 w	R$ 74,50	8 sem.	R$ 596,00
11.09 - 2 Soft-light de 2.000 w	R$ 134,10	8 sem.	R$ 1.073,00
11.10 - 2 HMI de 2.500 w	R$1.460,00	8 sem.	R$ 11.680,00
11.11 - 2 HMI de 6.000 w	R$2.460,00	8 sem.	R$ 19.680,00
11.12 - 2 refletores de 5.000 w fresnel	R$ 317,80	8 sem.	R$ 2.543,00
11.13 - 2 kits Colortram de 650 w	R$ 372,45	8 sem.	R$ 2.980,00
11.14 - 5 refletores de 800 w abertos	R$ 223,50	8 sem.	R$ 1.788,00
11.15 - 2 Inkie-Dinkie	R$ 69,50	8 sem.	R$ 566,00
11.16 - 2 Sun-gun 30w com bateria	R$ 427,10	8 sem.	R$ 3.417,00
11.17 - Acessórios iluminação	R$ 500,00	8 sem.	R$ 3.200,00
11.18 - Acessórios de elétrica	R$ 500,00	8 sem.	R$ 3.200,00
11.19 - Caminhão gerador c/operador 100 KVA	R$3.500,00	8 sem.	R$ 28.000,00
11.20 - Grua, carrinho e acessórios	R$ 2.000,00	8 sem.	R$ 16.000,00
11.21 - Equipamento de maquinária	R$ 500,00	8 sem.	R$ 3.200,00
11.22 - Material de consumo	----------	8 sem.	R$ 2.000,00
11.23 - Material de reposição	----------	8 sem.	R$ 5.000,00
11.24 - Avarias	----------	8 sem.	R$ 3.000,00
11.25 - Gravador Nagra stereo completo	R$ 2.300,00	8 sem.	R$ 20.700,00
11 - **TOTAL GERAL**.....			R$ 207.202,00

12 - MONTAGEM

a) - NO LOCAL DE FILMAGEM

Item	C.Unit	Un.Tempo	Total Previsto
12.01 - Moviola aluguel	R$ 650,00	8 sem.	R$ 2.500,00
12.02 - Montador	R$ 1.000,00	8 sem.	R$ 8.000,00
12.03 - Assist. de montador	R$ 500,00	8 sem.	R$ 4.000,00
12.04 - Coladeira/enroladeira	R$ 140,75	8 sem.	R$ 1.126,00
12.05 - Ponta preta	R$ 1,02	300 mts.	R$ 306,00
12.06 - Ponta transparente	R$ 1,02	300 mts.	R$ 306,00
12.07 - Ponta velada	R$ 1,02	300 mts.	R$ 306,00
12.08 - Silêncio 17,5mm	R$ 33,00	10 rolos	R$ 330,00
12.09 - Material de consumo	----------	----------	R$ 2.000,00
12.10 - Técnico para Moviola	----------	----------	R$ 2.000,00
TOTAL			R$20.874,00

b) - EM BELO HORIZONTE

12.11- Sala de montagem	R$ 650,00	12 sem.	R$ 7.800,00
12.12 - Montador	R$ 1.000,00	12 sem	R$ 12.000,00
12.13 - 1° Assist.Montador	R$ 500,00	12 sem.	R$ 6.000,00
12.14 - 2° Assist.Montador	R$ 500,00	12 sem.	R$ 6.000,00
12.15 - Coladeira/enroladeira	R$ 140,75	12 sem.	R$ 1.689,00
12.16 - Ponta preta	R$ 1,02	600 mts.	R$ 612,00
12.17- Ponta transparente	R$ 1,02	600 mts.	R$ 612,00
12.18 - Ponta velada	R$ 1,02	600 mts.	R$ 612,00
12.19 - Silêncio 17,5 mm	R$ 33,00	10 rolos.	R$ 330,00
12.20 - Material de consumo	----------	----------	R$ 3.000,00
TOTAL			R$ 38.655,00
TOTAL GERAL.....			R$ 59.529,00

EDIÇÃO DE SOM

12.21 - Sala de montagem	R$ 650,00	6 sem.	R$ 3.900,00
12.22 - Editor de Som	R$ 900,00	6 sem.	R$ 5.400,00
12.23 - Assist.Editor de som	R$ 500,00	6 sem.	R$ 3.000,00
12.24 - Coladeira/enroladeira	R$ 140,75	6 sem.	R$ 845,00
12.25 - Silêncio 17,5 mm	R$ 33,00	20 rolos	R$ 660,00
12.26 - Material de consumo	----------	---------	R$ 1.500,00
TOTAL			R$15.305,00
11. **TOTAL GERAL**			R$74.834,00

13 - MÚSICA

13.01 - Direitos autorais e de intérprete da música original brasileira.....	R$ 80.000,00
13.02 - Direitos autorais e de intérprete da música original japonesa	R$ 80.000,00
13 - **TOTAL GERAL**	R$160.000,00

14 - ESTÚDIO DE SOM

Item	Quantidade	Custo unitário	Total Previsto
14.01 - Transcrição de diálogos	30 hs.	R$ 70,00/hora	R$ 2.100,00
14.02 - Transcrição de música	10 hs.	R$ 70,00/hora	R$ 700,00
14.03 - Transcrição de ruídos de arquivo	10 hs.	R$ 85,00/hora	R$ 850,00
14.04 - Transcrição de ruídos ambiente	05 hs.	R$ 80,00/hora	R$ 400,00
14.05 - Confecção de ruídos de sala	10 hs.	R$100,00/hora	R$ 1.000,00
14.06 - Projeção banda dupla	10 hs.	R$100,00/hora	R$ 1.000,00
14.07- Mixagem Dolby Stereo	80 hs.	R$135,00/hora	R$10.800,00
14.08 - Banda internacional Dolby Stereo	80 hs.	R$135,00/hora	R$10.800,00
14.09 - Transcrição ótica D.Stereo	---	---	R$22.000,00
14 - **TOTAL GERAL**			R$49.650,00

OBSERVAÇÃO: A transcrição de magnético 35 mm, mixado em Dolby Stereo, a que se refere o item 14.09, para negativo de som ótico no Dolby Laboratories, em Nova York, incluirá despacho aduaneiro, remessa e retorno aéreo, material virgem, revelação, taxas bancárias e impostos.

15 - ENCARGOS SOCIAIS

Pessoas	%	Base de cálculo	Total Previsto
15.01 - Equipe técnica acima de 7 dias	50 *	R$ 423.850,00	R$211.925,00
15.02 - Elenco acima de 7 dias	50	R$ 305.000,00	R$152.500,00
15.03 - Elenco até 7 dias	22	R$ 68.000,00	R$ 14.960,00
15.04 - Montadores acima de 7 dias	50	R$ 36.000,00	R$ 18.000,00

15 - **TOTAL GERAL** ..... R$397.385,00

* 22% - INSS
08% - FGTS
08% - FÉRIAS
04% - EVENTUAIS

50% - TOTAL

16 - ADMINISTRAÇÃO

Item	Custo Unit.	Un.Tempo	Total Previsto
16.01 - Aluguel sede Belo Horizonte	R$ 2.000,00	12 meses	R$ 24.000,00
16.02 - Secretária	R$ 500,00	12 meses	R$ 6.000,00
16.03 - Contínuo	R$ 150,00	12 meses	R$ 1.800,00
16.04 - Digitador	R$ 350,00	12 meses	R$ 4.200,00
16.05 - Analista/programador	R$ 1.000,00	12 meses	R$ 12.000,00
16.06 - Contador	R$ 1.000,00	12 meses	R$ 12.000,00
16.07 - Diretor/Produtor	R$ 2.000,00	17 semanas	R$ 34.000,00
16.08 - Produtor-Executivo	R$ 1.500,00	17 semanas	R$ 25.400,00
16.09 - Software/projeto	R$15.000,00	----------	R$ 15.000,00
16.10 - Hardware	R$ 3.000,00	----------	R$ 3.000,00
16.11 - Material consumo	R$ 200,00	12 meses	R$ 2.400,00
16.12 - Caixa da administ.	R$ 500,00	12 meses	R$ 6.000,00
16.13 - Diversos (água, luz, fax, veículos)	R$ 1.000,00	12 meses	R$ 12.000,00

16 - **TOTAL GERAL** ..... R$157.800,00

17 - VARIAÇÃO DE CUSTO E IMPREVISTOS

17,5% DOS ITENS:

02 - PREPARAÇÃO.....	R$	6.562,50
08 - CENOGRAFIA E FIGURINO.....	R$	29.750,00
09 - DESPESAS COM ELENCO E EQUIPE TÉCNICA.....	R$	63.875,00
10 - DESPESAS DE PRODUÇÃO.....	R$	29.645,00

17 - **TOTAL GERAL** ..... R$129.832,50

18 - TAXA DE CAPTAÇÃO

18.01 - SUB-TOTAL GERAL DO ORÇAMENTO ..... R$3.056.033,50
18.02 - TAXA DE CAPTAÇÃO..... R$ 600.000,00

TOTAL GERAL DO ORÇAMENTO ..... R$3.671.338,50

O CANGACEIRO E O SAMURAI

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO FINANCEIRO

PRIMEIRA ETAPA (ANTES DAS FILMAGENS):

1. ARGUMENTO, DIÁLOGOS E ROTEIRO;
2. PREPARAÇÃO;
3. AQUISIÇÃO DE MATERIAL SENSÍVEL;
4. CENOGRAFIA E FIGURINOS.

TOTAL DESEMBOLSO DA PRIMEIRA ETAPA: R$ 347.410,70

SEGUNDA ETAPA (FILMAGENS):

1. EQUIPE TÉCNICA;
2. ELENCO E FIGURAÇÃO;
3. DESPESAS COM ELENCO E EQUIPE TÉCNICA;
4. DESPESAS DE PRODUÇÃO;
5. EQUIPAMENTO: CÂMERA, MAQUINÁRIA E SOM;
6. LABORATÓRIO DE IMAGEM;
7. CRÉDITOS E TRUCAGENS.

TOTAL DESEMBOLSO DA SEGUNDA ETAPA: R$1.754.426,30

TERCEIRA ETAPA (MONTAGEM, EDIÇÃO DE SOM, MÚSICA, ESTÚDIO DE SOM):

1. MONTAGEM E EDIÇÃO DE SOM;
2. MÚSICA;
3. ESTÚDIO DE SOM.

TOTAL DESEMBOLSO DA TERCEIRA ETAPA: R$ 284.484,00

QUARTA ETAPA (ENCARGOS SOCIAIS, ADMINISTRAÇÃO, VARIAÇÃO DE CUSTO E IMPREVISTOS, TAXA DE CAPTAÇÃO)

1. ENCARGOS SOCIAIS;
2. ADMINISTRAÇÃO;
3. VARIAÇÃO DE CUSTO E IMPREVISTOS;
4. TAXA DE CAPTAÇÃO.

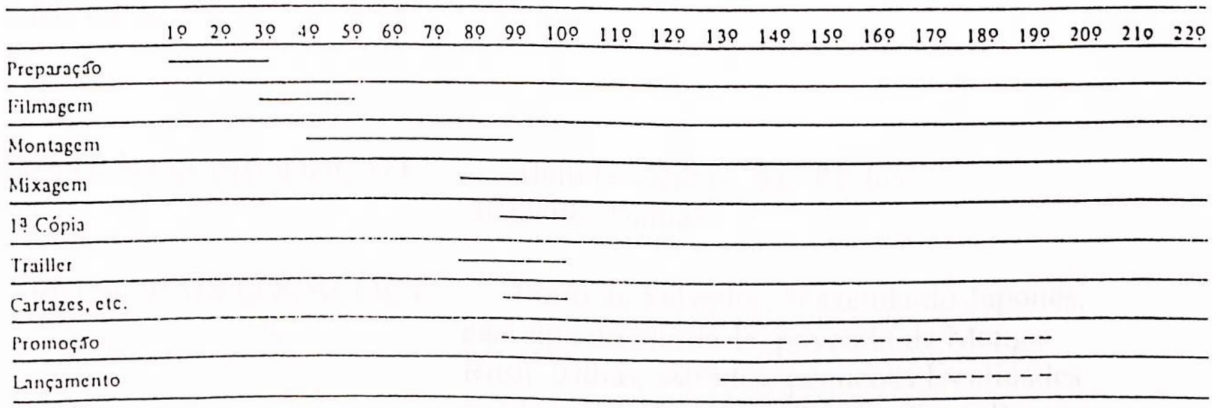
TOTAL DESEMBOLSO DA QUARTA ETAPA: R$1.285.017,50

TOTAL GERAL DO ORÇAMENTO: R$3.671.338,50

(Três milhões, seiscentos e setenta e um mil, trezentos e trinta e oito reais e cinqüenta centavos).

O CANGACEIRO E O SAMURAI

ORGANOGRAMA MENSAL



O CANGACEIRO E O SAMURAI

PLANO DE PRODUÇÃO

EMPRESA PRODUTORA:	G. Minas Produções Áudio-Visuais Ltda.
DIRETOR E PRODUTOR:	Geraldo Santos Pereira
PROCESSO DE IMAGEM:	"Eastmancolor"
PROCESSO SONORO:	Som ótico
METRAGEM FINAL:	3.000 mts.
BITOLA:	35 mm
SEDES DA PRODUÇÃO:	Belo Horizonte, São Paulo e Juazeiro (Bahia)
PRINCIPAIS LOCAÇÕES:	Porto de Salvador, "Fazenda do Japonês, caatinga do Nordeste, povoado de Manga Rosa, trilhas, estradas, pequenas localidades e exteriores diversos na Bahia, Piauí, Pernambuco, Ceará, Sergipe, etc.
DESCRIÇÃO SUMÁRIA DOS CENÁRIOS:	Jardineira, "Fazenda do Japonês", salas, corredor, quartos, varanda, galpões, cozinha estábulos, etc. Casa de Garcia, Pensão de mulheres, Delegacia e prisão. Casa comercial, casa de coiteiro, valhacouto, povoado nordestino, etc.
NOTURNAS:	Interiores e Exteriores
SOM:	Direto: 70%; Dublado: 30%
FIGURAÇÃO:	Grande: acima de 500.

EQUIPE TÉCNICA: 41 pessoas

ELENCO PRINCIPAL: 8 intérpretes

ELENCO SECUNDÁRIO: 32 interpretes

FIGURAÇÃO: 1.000 figurantes aproximadamente

PRINCIPAIS EFEITOS ESPECIAIS: Tiros, sangue.

EFEITOS ÓTICOS: Saltos e imagens lentas

PREPARAÇÃO: 8 semanas

FILMAGEM: 8 semanas

MONTAGEM: 18 semanas

SONORIZAÇÃO E MIXAGEM: 6 semanas

T O T A L: 40 semanas

APLICAÇÃO DOS RECURSOS:

1. Preparação: 30% (trinta por cento);
2. Filmagem: 40% (quarenta por cento);
3. Montagem, Sonorização, Mixagem e la. cópia: 30% (trinta por cento).

O CANGACEIRO E O SAMURAI

ESTUDO DE VIABILIDADE COMERCIAL

I - MERCADO INTERNO

Com as medidas de amparo e incentivo dos governos federal, estadual e municipal, inclusive a reserva de mercado, reajustada a partir do aumento quantitativo da produção nacional de filmes de curta e longa metragem, pode-se estimar, em modesta previsão, uma receita de bilheteria baseada em, pelo menos, um milhão de espectadores no primeiro ano de circulação de O CANGACEIRO E O SAMURAI no mercado brasileiro.

A partir do primeiro ano de exploração no circuito interno de salas comerciais de exibição, o filme poderá continuar sua carreira comercial por mais quatro anos, até esgotar o prazo de seu primeiro certificado de censura (ou determinação de faixa etária). Nesse espaço de tempo o filme poderá receber substanciosas receitas suplementares através de sua comercialização em "home video" e redes de televisão de sinais abertos ou por assinatura.

Simultaneamente com a exploração no mercado de salas de cinema, a película poderá ser produzida em vídeo e oferecida às milhares de locadoras em todo o país, hoje uma grande fonte de receita cinematográfica.

O CANGACEIRO E O SAMURAI, dois anos após seu lançamento no país, poderá ser contratado para emissão nas redes nacionais de televisão, hoje estimuladas pelo governo para favorecer a produção nacional.

II - MERCADO EXTERNO

Relativamente ao potencial do filme no mercado internacional, poder-se-ão destacar as seguintes mídias:

a)- Salas de cinema;
b)- Home vídeo;
c)- TV a cabo;
d)- Televisão broadcasting.

Com relação aos ítens **a** e **b** as negociações são normalmente feitas com base em mínimo garantido, este acrescido posteriormente de outros valores, proporcionais à participação percentual obtida nas receitas de bilheteria ou negociações diversas.

Relativamente à TV a cabo e TV broadcasting, as negociações são feitas a preço fixo, por prazo determinado de exploração, geralmente, em média, dois anos, findos os quais as vendas poderão ser repetidas para as citadas mídias.

III - MERCADO JAPONÊS E ASIÁTICO

O CANGACEIRO E O SAMURAI, como o próprio título indica, envolve personagens, situações, ações dramáticas, diálogos, decoração e ambientação cenográfica de origem japonesa, o que facilitará, como facilmente se verifica, a penetração do filme no mercado japonês e asiático, inclusive na grande massa humana de japoneses ou descendentes desta grande raça, residentes no Brasil.

IV - MERCADO DOS EUA E LATINO-AMERICANO

Os recentes tratados de livre comércio e de cooperação econômica e cultural dos países que integram o Mercosul, ensejam a circulação de nossos filmes naqueles mercados de grande afinidade com o Brasil, isto valendo igualmente para Portugal e Espanha. O CANGACEIRO E O SAMURAI também poderá entrar no imenso mercado dos Estados Unidos, onde também reside considerável colônia de origem nipônica.

V - MERCADOS EUROPEU E AFRICANO

O que se afirma acima vale igualmente para o mercado europeu, via Portugal e para os países de fala portuguesa na África.

Concluindo, é fácil constatar que nosso projeto cinematográfico poderá constituir-se em poderosa alavanca para a entrada de novos filmes brasileiros no mercado internacional de cinema, vídeo e televisão, que hoje formam o crescente e pujante tripé da indústria cinematográfica em todo o mundo.

O CANGACEIRO E O SAMURAI

VALOR ESTIMATIVO DA COMERCIALIZAÇÃO

1. A indústria cinematográfica dispõe hoje, como se sabe, de um mercado consideravelmente ampliado, pois além da exibição tradicional em salas, hoje fortemente concentradas nas grandes cidades e em "shopping-centers", também são seus produtos exibidos ao enorme público da televisão, tanto de sinais abertos, quanto de assinatura, além de sua circulação no igualmente poderoso e crescente mercado do "home-video".

Não se pode esquecer que o mercado internacional também oferece excelentes oportunidades para a colocação dos filmes de numerosos países, inclusive o Brasil. E a existência de diversos festivais internacionais, nos quais funciona um disputado "mercado do filme", favorece a venda de filmes brasileiros, agora em excepcional fase de ressurgimento.

2. "O Cangaceiro e o Samurai" possui condições para conquistar não só o mercado interno brasileiro, pois sua temática se ampara em gênero de forte apelo popular, iniciado, na década de 50, pela famosa obra de Lima Barreto, "O Cangaceiro", que abriu para nosso país o mercado mundial, onde obteve extraordinário êxito.

Existe no Brasil, como se sabe, uma enorme, rica e operosa colônia nipo-brasileira, anteriormente fixada, predominantemente, em São Paulo, mas hoje disseminada por todo o país, onde a raça japonesa presta magnífica colaboração ao progresso industrial e agrícola de nosso país.

Nosso projeto, entrelaçando a temática nipo-brasileira, será realizado em íntima conexão com este notável contingente humano radicado no Brasil, pretendendo nele buscar os intérpretes de raça japonesa, através de seleção em grupos teatrais, artísticos e culturais que preservam as melhores tradições daquela nação.

Poderá, além disso, surgir a oportunidade de se buscar no próprio Japão, um ou dois dos principais intérpretes de língua japonesa, de importância vital no projeto. Isto, seguramente, facilitará a colocação do filme no poderoso e rico mercado asiático.

No Estudo de Viabilidade Comercial, que integra o dossiê já remetido à Secretaria para o Desenvolvimento do Áudiovisual, fazemos um apanhado das perspectivas que se oferecem ao filme brasileiro no mercado interno, no mercado externo, no japonês e asiático, europeu e africano, dos Estados Unidos e da América Latina.

Com relação aos países latino-americanos, a ampliação e consolidação do Mercosul são atrativos cada vez maiores para o crescimento

mercadológico da indústria cinematográfica brasileira, que hoje dispõe de uma legislação moderna e fortemente estimuladora.

3. Relativamente ao mercado interno, considerando-se o preço médio atual de ingresso, vigorante no Brasil, e que oscila entre R$5,00 e R$10,00 (algumas salas cobram, excepcionalmente, até R$15,00 por ingresso de adulto), e estimando o potencial de mercado do projeto de "O Cangaceiro e o Samurai", pode-se prever uma receita de bilheteria baseada, aproximadamente, em 2 milhões de espectadores no seu primeiro ano de circulação. Isto, na pior das hipóteses, daria uma receita bruta de bilheteria, com base no preço médio de R$8,00 para cada ingresso, na importância total de 16 milhões de reais.

Como do total da renda bruta somente retornam à empresa produtora 35%(trinta e cinco por cento) do total arrecadado, a receita líquita do produtor será, por estimativa, da ordem de R$5.600.000,00 (cinco milhões e seiscentos mil reais) para nosso filme.

4. Após um ano de circulação no mercado interno de salas de exibição, o filme continuará sua carreira comercial por mais quatro anos, até esgotar o prazo do seu primeiro certificado. Nesse espaço de tempo, o filme poderá atingir um volume aproximado de mais 300 mil espectadores, o que daria, com o preço médio do ingresso reduzido para R$5,00, um total, para o produtor, de mais R$525.000,00 (quinhentos e vinte e cinco mil reais).

5. Alternativamente à exploração em mercado de salas de cinema, o filme será também comercializado em "home-video" e redes de televisão (sinais abertos e por assinatura). O primeiro, "home-video", poderá ser alcançado seis meses após seu lançamento no circuito tradicional de salas.

Para este cada vez maior segmento do mercado cinematográfico (há mais de 5 milhões de aparelhos de video operando em todo o Brasil, com aproximadamente 10.000 locadoras funcionando no país), poder-se-ia estimar, para os primeiros 6 meses a venda aproximada de 5 mil cópias em video-cassete, ao preço médio de R$20,00 por cópia, o que daria um total, aproximado, de R$100.000,00 (cem mil reais).

6. Com relação à venda para exibição em rede de televisão, poderíamos estimar em mais 50 mil reais a arrecadação do filme numa primeira etapa.

7. Para o mercado internacional, a estimativa torna-se mais difícil, pois a negociação do filme dependerá muito da repercussão que alcançaria em exibição em festivais, e para distribuidores e exibidores internacionais.

De qualquer forma, uma estimativa deverá ater-se também às mídias tradicionais que abrangem a indústria de filmes no exterior: salas de cinema; "home-video", Televisão "Broadcasting" e TV a cabo.

Neste sentido, podemos avaliar o potencial de receita de "O Cangaceiro e o Samurai", observando-se as seguintes características:

a)- **Salas de cinema/home-video:**

Para esse mercado internacional, as negociações são feitas com base em mínimo garantido, o qual poderá vir a ser acrescido posteriormente de outros valores, proporcionais à participação percentual obtida nas receitas de bilheteria ou outras negociações.Para se ter uma idéia sobre essa participação, poderiamos citar o exemplo do filme "Dona Flor e Seus Dois Maridos" que rendeu, somente no mercado argentino, cerca de 750.000 dólares, além da garantia mínima;

b)- **TV Cabo/TV "Broadcasting":**

As negociações para essas mídias são tradicionalmente realizadas a preço fixo, por prazo certo de exploração, em média 2 anos, findos os quais as vendas poderão ser repetidas para as mesmas mídias.

c)- **Mercado Latino-americano:**

A consolidação do Mercosul, que também inclui a indústria de filmes, com livre acesso mercadológico das indústrias cinematográfica dos países que o integram,pode significar um considerável incremento nas receitas de bilheteria e nas negociações para "home-video" e televisão.

LEGISLAÇÃO

V - o Banco Central do Brasil, no exercício de sua competência, adotará as medidas necessárias visando instituir modalidade de depósito de poupança para pessoas físicas, que permita conferir, sobre o valor do saque, remuneração adicional de 0,25%, a ser creditada, desde que o valor sacado tenha permanecido em depósito por prazo igual ou superior a noventa dias.

§ 1º O disposto nos incisos II e III deste artigo somente se aplica à parcela dos salários, remunerações, proventos e benefícios não superior a dez salários mínimos vigentes no País.

§ 2º Ocorrendo alteração da alíquota do imposto instituído por esta Lei Complementar, as compensações previstas neste artigo serão ajustadas, por ato do Ministro da Fazenda, na mesma proporção.

§ 3º Os saques efetuados diretamente nas contas vinculadas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e do Fundo de Participação PIS-PASEP e o saque do valor do benefício do seguro desemprego, pago de acordo com os critérios previstos no art. 5º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, não estão sujeitos à incidência do imposto.

§ 4º O acréscimo de remuneração resultante do disposto nos incisos II e III deste artigo não integrará a base de cálculo do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física.

§ 5º O Ministro da Fazenda e o Ministro da Previdência Social baixarão, em conjunto, as normas necessárias ao cumprimento do disposto nos incisos II e III deste artigo.

Art. 20. Fica criado o Fundo de Custeio de Programas de Habitação Popular - FEHAP, integrado pelos recursos de que trata o art. 2º, § 4º, da Emenda Constitucional nº 3, de 17 de março de 1993, cuja aplicação, exclusivamente em habitação de interesse social, obedecerá ao disposto nesta Lei Complementar e em seu regulamento.

§ 1º (VETADO)

§ 2º O gestor do FEHAP é o Ministério do Bem-Estar Social e o agente operador é a Caixa Econômica Federal.

§ 3º O FEHAP terá contabilidade própria, registrando-se à parte do sistema contábil da Caixa Econômica Federal todos os atos e fatos referentes ao mencionado Fundo.

§ 4º O Poder Executivo regulamentará, no prazo de sessenta dias, contados da data da publicação desta Lei Complementar, o Fundo de que trata este artigo, prevendo a participação do Conselho Especial de Habitação Popular, nos termos do art. 21.

§ 5º Enquanto não for concluída a construção das unidades habitacionais contratadas até 31 de dezembro de 1991 pela Caixa Econômica Federal - CEF, com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, nos estritos termos legais e em plena conformidade com seus objetivos, 40% dos recursos do Fundo instituído pelo artigo anterior serão aplicados naquela finalidade, mediante empréstimo ao mencionado FGTS, com remuneração idêntica àquela conferida aos recursos deste Fundo, assegurados o retorno dos recursos no prazo de trinta e seis meses e a concessão de prazo adicional de carência de doze meses.

§ 6º Fica o Poder Executivo autorizado, no presente exercício financeiro, a proceder a abertura de créditos adicionais até o valor de cem trilhões de cruzeiros, correspondentes aos recursos referidos neste artigo, que serão despendidos em programas de habitação popular compatíveis com os objetivos do FEHAP.

Art. 21 (VETADO)

Art. 22. Os recursos decorrentes da cobrança de imposto instituído por esta Lei Complementar, vinculados a programas educacionais, em conformidade com o art. 212 da Constituição Federal, serão destinados prioritariamente a programas permanentes de educação fundamental e a programas de atenção integral à criança e ao adolescente.

Parágrafo único. O Poder Executivo regulamentará, no prazo de trinta dias, contados da data de vigência desta Lei Complementar, a participação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, na programação dos recursos referidos neste artigo.

Art. 23 (VETADO)

Art. 24 (VETADO)

Art. 25. O imposto instituído por esta Lei Complementar somente incidirá sobre os fatos geradores que vierem a ocorrer até 31 de dezembro de 1994.

Art. 26 (VETADO)

Art. 27. Por opção do Município devedor, a União empregará 3% da correspondente parcela do Fundo de Participação dos Municípios - FPM na amortização de sua dívida para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, e 9% na amortização de sua dívida para com a Previdência Social.

§ 1º Quando a opção for feita por Município ao qual já tenha sido concedido o parcelamento da mencionada dívida, a forma de pagamento prevista neste artigo substituirá esse parcelamento.

§ 2º A União antecipará, por sub-rogação, ao FGTS e à Previdência Social os valores decorrentes da aplicação dos percentuais de que trata este artigo, podendo ser simultâneas essa antecipação de pagamento e a retenção da parcela do FPM para pagamento do respectivo crédito (Constituição Federal, art. 160, parágrafo único).

§ 3º O disposto neste artigo refere-se à dívida do Município, ou ao respectivo saldo, existente no dia 31 de dezembro de 1992, ajuizada ou não.

§ 4º O Poder Executivo regulamentará o disposto neste artigo, estabelecendo os termos e as condições da retenção da parcela do FPM.

Art. 28. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos trinta dias após a publicação das normas previstas no art. 3º, parágrafo único, no art. 8º, §§ 1º, 2º e 3º, e no art. 11.

Parágrafo único. O Ministro da Fazenda poderá prorrogar por mais trinta dias o prazo previsto neste artigo.

Brasília, 13 de julho de 1993, 172º da Independência e 105º da República.

ITAMAR FRANCO
Fernando Henrique Cardoso

(*) Republicada tendo em vista a solicitação constante da Mensagem nº 151-21.

LEI Nº 8.685, DE 20 DE JULHO DE 1993

Cria mecanismos de fomento à atividade audiovisual e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Até o exercício fiscal de 2003, inclusive, os contribuintes poderão deduzir do imposto de renda devido as quantias referentes a investimentos feitos na produção de obras audiovisuais cinematográficas brasileiras de produção independente, conforme definido no art. 2º, incisos II e III, e no art. 3º, incisos I e II, da Lei nº 8.401, de 8 de janeiro de 1992, mediante a aquisição de quotas representativas de direitos de comercialização sobre as referidas obras, desde que estes investimentos sejam realizados no mercado de capitais, em ativos previstos em lei e autorizados pela Comissão de Valores Mobiliários, e os projetos de produção tenham sido previamente aprovados pelo Ministério da Cultura.

§ 1º A responsabilidade dos adquirentes é limitada à integralização das quotas subscritas.

§ 2º A dedução prevista neste artigo está limitada a três por cento do imposto devido pelas pessoas físicas e a um por cento do imposto devido pelas pessoas jurídicas.

§ 3º Os valores aplicados nos investimentos de que trata o artigo anterior serão:

a) deduzidos do imposto devido no mês a que se referirem os investimentos, para as pessoas jurídicas que apuram o lucro mensal;

b) deduzidos do imposto devido na declaração de ajuste para:

1. as pessoas jurídicas que, tendo optado pelo recolhimento do imposto por estimativa, apuram o lucro real anual;

2. as pessoas físicas.

§ 4º A pessoa jurídica tributada com base no lucro real poderá, também, abater o total dos investimentos efetuados na forma deste artigo como despesa operacional.

§ 5º Os projetos específicos da área audiovisual, cinematográfica de exibição, distribuição e infra-estrutura técnica apresentados por empresa brasileira de capital nacional, poderão ser credenciados pelos Ministérios da Fazenda e da Cultura para fruição dos incentivos fiscais de que trata o caput deste artigo.

Art. 2º O art. 13 do Decreto-Lei nº 1.089, de 2 de março de 1970, alterado pelo art. 1º do Decreto-Lei nº 1.741, de 27 de dezembro de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13. As importâncias pagas, creditadas, empregadas, remetidas ou entregues aos produtores, distribuidores ou intermediários no exterior, como rendimentos decorrentes da exploração de obras audiovisuais estrangeiras em todo o território nacional, ou por sua aquisição ou importação a preço fixo, ficam sujeitas ao imposto de 25% na fonte."

Art. 3º Os contribuintes do imposto de renda incidente nos termos do art. 13 do Decreto-Lei nº 1.089, de 1970, alterado pelo art. 2º desta Lei, poderão beneficiar-se do abatimento de setenta por cento do imposto devido, desde que invistam na co-produção de obras audiovisuais cinematográficas brasileiras de produção independente, em projetos previamente aprovados pelo Ministério da Cultura.

Art. 4º O contribuinte que optar pelo uso dos incentivos previstos nos arts. 1º e 3º depositará, dentro do prazo legal fixado para o recolhimento do imposto, o valor correspondente ao abatimento em conta de aplicação financeira especial, no Banco do Brasil S.A., cuja movimentação sujeitar-se-á à prévia comprovação junto ao Ministério da Cultura de que se destina a investimentos em projetos de produção de obras audiovisuais cinematográficas brasileiras de produção independente.

§ 1º As contas de aplicação financeira a que se refere este artigo serão abertas:

a) em nome do produtor, para cada projeto, no caso do art. 1º;

b) em nome do contribuinte, no caso do art. 3º.

§ 2º Os projetos a que se refere este artigo deverão atender cumulativamente os seguintes requisitos:

a) contrapartida de recursos próprios ou de terceiros correspondente a 40% do orçamento global;

b) limite do aporte de recursos objeto dos incentivos de 1.700.000 UFIR por projeto;

c) viabilidade técnica e artística;

d) viabilidade comercial;

e) apresentação do orçamento circunstanciado e de cronograma físico das etapas de realização e do desembolso;

f) prazo para conclusão.

§ 3º Os investimentos a que se refere este artigo não poderão ser utilizados na produção das obras audiovisuais de natureza publicitária.

§ 4º A liberação de recursos fica condicionada à realização da etapa anterior.

Art. 5º Os valores não aplicados na forma do artigo anterior, no prazo de 180 dias contados da data do depósito, serão aplicados em projetos de produção de filmes de curta, média e longa metragem e programas de apoio à produção cinematográfica a serem desenvolvidos através do Instituto Brasileiro de Arte e Cultura, mediante convênio com a Secretaria para o Desenvolvimento do Audiovisual do Ministério da Cultura, conforme dispuser o regulamento.

Art. 6º O não-cumprimento do projeto a que se referem os arts. 1º, 3º e 5º desta Lei e a não efetivação do investimento ou a sua realização em desacordo com o estatuído implicam a devolução dos benefícios concedidos, acrescidos de correção monetária, juros e demais encargos previstos na legislação do imposto de renda.

§ 1º Sobre o débito corrigido incidirá multa de cinqüenta por cento.

§ 2º No caso de cumprimento de mais de setenta por cento sobre o valor orçado do projeto, a devolução será proporcional à parte não cumprida.

Art. 7º Os arts. 4º e 30 da Lei nº 8.401, de 1992, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º .....

§ 1º A produção e adaptação de obra audiovisual estrangeira, no Brasil, deverá realizar-se mediante contrato com empresa produtora brasileira de capital nacional, e utilizar, pelo menos, um terço de artistas e técnicos brasileiros.

§ 2º O Poder Executivo poderá reduzir o limite mínimo, a que se refere o parágrafo anterior, no caso de produções audiovisuais de natureza jornalístico-noticiosa."

.....

Art. 30. Até o ano 2003, inclusive, as empresas distribuidoras de vídeo doméstico deverão ter um percentual de obras brasileiras audiovisuais cinematográficas e videofonográficas entre seus títulos, obrigando-se a lançá-las comercialmente.

§ 1º O percentual de lançamentos e títulos a que se refere este artigo será fixado anualmente pelo Poder Executivo, ouvidas as entidades de caráter nacional representativas das atividades de produção, distribuição e comercialização de obras cinematográficas e videofonográficas.

.....

Art. 8º Fica instituído o depósito obrigatório, na Cinemateca Brasileira, de cópia da obra audiovisual que resultar da utilização de recursos incentivados ou que merecer prêmio em dinheiro concedido pelo Governo Federal.

Parágrafo único. A Cinemateca Brasileira poderá credenciar arquivos ou cinematecas, públicos ou privados, para o cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 9º O Poder Executivo fiscalizará a efetiva execução desta Lei no que se refere à realização de obras audiovisuais e à aplicação dos recursos nela comprometidos.

Art. 10. Sem prejuízo das sanções de natureza administrativa ou fiscal, constitui crime obter reduções de impostos, utilizando-se fraudulentamente de qualquer benefício desta Lei, punível com a pena de reclusão de dois a seis meses e multa de cinqüenta por cento sobre o valor da redução.

§ 1º No caso de pessoa jurídica, respondem pelo crime o acionista ou o quotista controlador e os administradores que para ele tenham concorrido, ou que dele se tenham beneficiado.

§ 2º Na mesma pena incorre aquele que, recebendo recursos em função desta Lei, deixe de promover, sem justa causa, a atividade objeto do incentivo.

Art. 11. Fica sujeito a multa, que variará de 100 (cem) a 1.500 (hum mil e quinhentas) UFIR, sem prejuízo de outras sanções que couberem, aquele que descumprir o disposto nos arts. 4º e 30 da Lei nº 8.401, de 1992, com a redação dada pelo art. 7º desta Lei.

Art. 12. É estimado o montante da renúncia fiscal decorrente desta Lei no exercício de 1993 em Cr$ 200.000.000.000,00 (duzentos bilhões de cruzeiros).

Art. 13. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Fica revogado o art. 45 da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962.

Brasília, 20 de julho de 1993, 172º da Independência e 105º da República.

ITAMAR FRANCO
Fernando Henrique Cardoso
Antônio Houaiss

LEI Nº 8.686, DE 20 DE JULHO DE 1993

Dispõe sobre o reajustamento da pensão especial aos deficientes físicos portadores da Síndrome de Talidomida, instituída pela Lei nº 7.070, de 20 de dezembro de 1982.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A partir de 1º de maio de 1993, o valor da pensão especial instituída pela Lei nº 7.070, de 20 de dezembro de 1982, será revisto, mediante a multiplicação do número total de pontos indicadores da natureza e do grau de dependência resultante da deformidade física, constante do processo de concessão, pelo valor de Cr$ 3.320.000,00 (três milhões, trezentos e vinte mil cruzeiros).

Parágrafo único. O valor da pensão de que trata esta Lei não será inferior a um salário mínimo.

Art. 2º A partir da competência de junho de 1993, o valor da pensão de que trata esta Lei será reajustado nas mesmas épocas e segundo os mesmos índices aplicados aos benefícios de prestação continuada mantidos pela Previdência Social.

Art. 3º Os portadores da "Síndrome de Talidomida" terão prioridade no fornecimento de aparelhos de prótese, órtese e demais instrumentos de auxílio, bem como nas intervenções cirúrgicas e na assistência médica fornecidas pelo Ministério da Saúde, através do Sistema Único de Saúde - SUS.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de julho de 1993, 172º da Independência e 105º da República.

ITAMAR FRANCO
Antonio Britto
Jamil Haddad

LEI Nº 8.687, DE 20 DE JULHO DE 1993

Retira da incidência do Imposto de Renda benefícios percebidos por deficientes mentais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Não se incluem entre os rendimentos tributáveis pelo Imposto sobre a Renda e proventos de qualquer natureza as importâncias percebidas por deficientes mentais a título de pensão, pecúlio, montepio e auxílio, quando decorrentes de prestações do regime de previdência social ou de entidades de previdência privada.

Parágrafo único. Para fins do disposto nesta Lei, considera-se deficiente mental a pessoa que, independentemente da idade, apresenta funcionamento intelectual subnormal com origem durante o período de desenvolvimento e associado à deterioração do comportamento adaptativo.

Art. 2º A isenção do Imposto de Renda conferida por esta Lei não se comunica aos rendimentos de deficientes mentais originários de outras fontes de receita, ainda que sob a mesma denominação dos benefícios referidos no artigo anterior.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de julho de 1993, 172º da Independência e 105º da República.

ITAMAR FRANCO
Fernando Henrique Cardoso

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 877, DE 20 DE JULHO DE 1993

Regulamenta a concessão do adicional de irradiação ionizante de que trata o § 1º do art. 12 da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, com base no inciso I, do art. 84 da Constituição e, tendo em vista o disposto no art. 12, § 1º da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º O adicional de irradiação ionizante de que trata o art. 12, § 1º da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, será devido aos servidores civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, que estejam desempenhando efetivamente suas atividades em áreas que possam resultar na exposição a essas irradiações:

§ 1º As atividades desenvolvidas nessas áreas, envolvendo as fontes de irradiação ionizante, compreendem, desde a produção, manipulação, utilização, operação, controle, fiscalização, armazenamento, processamento, transportes até a respectiva deposição, bem como as demais situações definidas como de emergência radiológica.

§ 2º O adicional será devido também ao servidor no exercício de cargo em comissão ou função gratificada, desde que esteja enquadrado nas condições do caput deste artigo.

Art. 2º A concessão do adicional será feita de acordo com laudo técnico, emitido por comissão interna, constituída especialmente para essa finalidade, em cada órgão ou entidade integrante do Sistema de Pessoal Civil - SIPEC, que desenvolva atividades para os fins especificados neste Decreto, de acordo com as Normas da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN.

§ 1º O adicional de que trata o art. 1º deste Decreto será concedido independentemente do cargo ou função, quando o servidor exercer suas atividades em local de risco potencial.

§ 2º A Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN deverá manter um cadastro dos órgãos e entidades do SIPEC, que desenvolvam atividades expostas às irradiações ionizantes, bem como de servidores nessas situações.

Art. 3º O laudo a que se refere o art. 2º deverá considerar os requisitos de segurança e radioproteção relativos ao risco potencial do órgão ou entidade envolvidos com atividades dessa natureza.

Parágrafo único. Os servidores alcançados por este artigo serão submetidos a exames médicos a cada 6(seis) meses.

Art. 4º Sempre que houver alteração nas condições técnicas que justificaram a concessão, haverá revisão do percentual do adicional.

DIÁRIO OFICIAL 15582 SEÇÃO 1 Nº 159 SEXTA-FEIRA, 16 AGO 1996

Atos do Poder Executivo

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.515 , DE 15 DE AGOSTO DE 1996.

Altera o limite de dedução de que trata o § 2º do art. 1º da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, que cria mecanismos de fomento à atividade audiovisual, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º A dedução de que trata o § 2º do art. 1º da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, no caso de pessoas jurídicas, fica limitada a três por cento do imposto devido, e a soma das deduções referidas no art. 6º da Lei nº 8.849, de 28 de janeiro de 1994, na redação dada pelo art. 2º da Lei nº 9.064, de 20 de junho de 1995, não poderá reduzir o imposto devido em mais de cinco por cento, observado o disposto no § 2º do art. 10 da Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992.

Art. 2º As alíneas "a" e "b" do § 2º do art. 4º da Lei nº 8.685, de 1993, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º .....

§ 2º .....

a) contrapartida de recursos próprios ou de terceiros correspondente a vinte por cento do orçamento global;

b) limite do aporte de recursos objeto dos incentivos de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) por projeto;

....."

Art. 3º A partir da publicação desta Medida Provisória, a pessoa jurídica poderá efetuar a dedução de que trata o art. 1º nos recolhimentos mensais do imposto de renda e no saldo do imposto apurado na declaração de ajuste anual.

§ 1º Se o valor do incentivo deduzido durante o período-base for superior ao calculado com base no imposto devido na declaração de ajuste anual, a diferença deverá ser recolhida no mesmo prazo fixado para o pagamento da quota única do imposto de renda.

§ 2º Sobre o recolhimento de que trata o parágrafo anterior será observada a legislação tributária pertinente.

Art.4º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de agosto de 1996; 175º da Independência e 108º da República

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Pedro Malan
Francisco Weffort

D.O.U de 08/01/96

Tendo em vista o constante do processo, o, para efeito do art. 26 da Lei nº 8.666/93, e art. 2º da Portaria SAA nº 100, de 31 de março de 1995, ratifico a decisão de fls. 070, do Delegado de Administração deste Ministério no Rio Grande do Sul.

Brasília, 5 de janeiro de 1996
MARCOS NORONHA
Coordenador-Geral

(Ofs. nºs 11 /96, 17, 18, 20 a 23/96 e 25/96)

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 62, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1995 (*)

Altera os artigos 2º e 3º da IN SRF nº 56/94, que disciplina os procedimentos a serem adotados, pelas pessoas jurídicas, para fins dos benefícios fiscais instituídos pela Lei nº 8.685/93.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 260 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, com a alteração introduzida pelo art. 10 da Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991, e nos arts. 34 e 53, § 1º, da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, alterada pela Lei nº 9.065, de 20 de junho de 1995, no art. 6º da Lei nº 9.064, de 20 de junho de 1995, e nos arts. 495 a 501, do Regulamento do Imposto de Renda, aprovado pelo Decreto nº 1.041, de 11 de janeiro de 1994, resolve:

Art. 1º Os arts. 2º e 3º da IN SRF nº 56, de 18 de julho de 1994, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º As Pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real poderão deduzir do imposto de renda devido em cada mês os valores aplicados, na forma do disposto no art. 1º, na aquisição dos certificados de investimento.

§ 1º A dedução não poderá ultrapassar a um por cento do imposto devido, excluído do adicional.

§ 2º As pessoas jurídicas que efetuarem o recolhimento do imposto com base no lucro real mensal somente poderão deduzir o valor dos investimentos no mês em que forem efetuados.

§ 3º No caso de pessoas jurídicas sujeitas à tributação com base no lucro real que efetuarem os recolhimentos mensais por estimativa, o valor investido poderá ser deduzido do imposto de renda devido no mês em que foi aplicado, podendo o excedente ser deduzido nos meses subseqüentes, até dezembro do mesmo ano

§ 4º As pessoas jurídicas que apurarem o imposto mensal por estimativa e, na declaração de rendimentos, optarem pela tributação com base no lucro real, poderão deduzir o excedente de que trata o parágrafo anterior nos meses subseqüentes, até dezembro do mesmo ano, ou na referida declaração; o valor que ultrapassar o limite anual, apurado na declaração de rendimentos, não poderá ser deduzido do imposto devido em períodos posteriores

§ 5º Na hipótese de a pessoa jurídica ter efetuado, no mesmo período-base de apuração, doações ou patrocínios a projetos culturais, consoante as disposições da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 e demais normas de regência, a soma das deduções, referente a essas doações ou patrocínios e aplicações em certificados de investimento de que trata o art. 1º, não poderá exceder a cinco por cento do imposto devido, excluído do adicional, observados os limites individuais.

§ 6º As pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real poderão, ainda, deduzir o total dos investimentos realizados, na forma do art. 1º, mediante ajuste do lucro líquido para determinação do lucro real.

Art. 3º As pessoas jurídicas tributadas com base no lucro presumido ou arbitrado poderão deduzir do imposto devido, no mês em que forem efetuados os investimentos, os valores aplicados na forma do art. 1º, até o limite de um por cento do imposto devido, excluído do adicional, se for o caso.

Parágrafo único No caso de pessoas jurídicas tributadas com base no lucro presumido, o valor do investimento excedente poderá ser deduzido nos meses subseqüentes, até dezembro do mesmo ano."

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se aos fatos geradores do imposto de renda ocorridos a partir de janeiro de 1996

EVERARDO MACIEL

(*) Republicada por ter saído com incorreção, do original, no D.O. de 22/12/95, Seção , pág. 21841

(Of. nº 26/96)

Considerando, ainda, a necessidade de reorientar o trâmite de relatórios, pareceres e certificados de auditoria no âmbito do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, resolve:

Art. 1º Os técnicos designados para a realização dos trabalhos de auditoria deverão, obrigatoriamente, durante os trabalhos de campo, dar conhecimento das ocorrências constatadas aos responsáveis pelas áreas auditadas, solicitando destes os devidos esclarecimentos e manifestações formais sobre os achados preliminares.

Art. 2º Concluídos os trabalhos de campo, após os esclarecimentos apresentados pelas áreas auditadas, o titular da unidade do Sistema de Controle Interno responsável pela realização da auditoria dará conhecimento formal ao dirigente máximo da unidade/entidade auditada sobre os pontos relevantes, passíveis de registro no relatório, fixando prazo mínimo de cinco dias úteis, a partir da data de recebimento para manifestação.

§ 1º Os relatórios de auditoria a serem elaborados na etapa posterior à dos trabalhos de campo, deverão evidenciar as manisfestações ou justificativas apresentadas pelos gestores/dirigentes, colhidas nas etapas mencionadas nos artigos 1º e 2º, e a opinião dos auditores sobre as mesmas.

§ 2º Na hipótese de o órgão ou entidade auditada não encaminhar, nos prazos previstos, a manifestação a que se refere este artigo, a unidade de controle interno, responsável pela realização da auditoria, consignará no parecer do dirigente que o auditado não exerceu o direito de resposta.

§ 3º Caso os prazos fixados para a manifestação do órgão ou entidade auditada conflitem com outros prazos fixados em norma de hierarquia superior, excepcionalmente o processo será encaminhado ao ministro supervisor e ao Tribunal de Contas da União, dentro dos prazos legais, sem prejuízo da análise da manifestação do auditado que será encaminhada em momento subsequente.

§ 4º Ocorrendo o previsto no parágrafo anterior e sendo as justificativas apresentadas pelo auditado suficientes para a alteração das conclusões expressas no certificado ou parecer, a unidade de controle interno deverá produzir um novo certificado ou parecer submetendo-o à apreciação do ministro supervisor para encaminhamento ao Tribunal de Contas da União.

Art. 3º Tomando por base o relatório de auditoria, o qual será elaborado conforme o parágrafo 1º do art. 2º, a unidade seccional, setorial ou regional do Sistema de Controle Interno emitirá certificado indicando o posicionamento conclusivo quanto aos conceitos de regularidade plena, regularidade com ressalvas, ou irregularidade, quando tratar-se de auditoria de tomada ou prestação de contas, ou parecer, quando tratar-se de outro tipo de trabalho de auditoria.

Parágrafo único. Em havendo divergência entre as opiniões dos responsáveis diretos pela realização das auditorias e dos responsáveis pelas áreas de coordenação, supervisão e direção da unidade de controle interno, quanto ao tipo de certificado a ser emitido ou quanto ao conteúdo conclusivo do relatório, em especial quando houver indicativos de emissão pela irregularidade da gestão, deverá o dirigente da unidade regional ou seccional, antes do encaminhamento ao ministro supervisor para conhecimento, preparar parecer circunstanciado e encaminhar o processo para a área de auditoria da unidade central da Secretaria Federal de Controle para conhecimento e opinião.

Art. 4º Emitido o certificado ou parecer de auditoria, com o posicionamento final, conforme artigo anterior, a unidade de controle interno remeterá cópia do relatório, bem como do certificado ou parecer de auditoria, para o conhecimento do ministro supervisor, e respectivo pronunciamento, no caso das tomadas e prestações de contas.

Parágrafo único. Os documentos tratados no caput deste artigo, no caso das auditorias das tomadas e prestações de contas, ou em outras auditorias quando forem constadadas irregularidades, deverão ser encaminhados pelas unidades seccionais, regionais, e setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo e ao Tribunal de Contas da União.

Art. 5º No caso de serem constatados atos de gestão identificados como irregulares, atribuídos a ex-dirigente relacionados no Rol de Responsáveis, o dirigente da unidade de controle interno responsável pela realização da auditoria deverá encaminhar, a esses ex-dirigentes, ofício dando conhecimento do trabalho de auditoria produzido, com a síntese dos relatórios contendo as citadas irregularidades vinculadas aos seus respectivos períodos de gestão, a fim de que os mesmos tomem conhecimento das constatações e conclusões da auditoria e possam apresentar esclarecimentos pertinentes, assim exercendo, de maneira plena, o seu direito de defesa.

Parágrafo único. Os esclarecimentos ou justificativas, conforme cada caso, deverão ser apresentados pelos ex-dirigentes, e merecerão análise e emissão de opinião por parte da unidade de controle interno, que as encaminhará ao Tribunal de Conta da União, para subsidiar o processo de julgamento das contas como um todo, bem como aos ex-dirigentes.

Art. 6º As auditorias subseqüentes verificarão se os gestores públicos adotaram as providências necessárias à implementação das recomendações apresentadas nos relatórios de auditoria e, nos casos de não atendimento aquelas, deverão colher dos titulares dos órgãos e entidades documento formalizando as razões para a sua não adoção.

Art. 7º Fica delegada competência ao Secretário Federal de Controle-Adjunto para Assuntos de Auditoria para dirimir as dúvidas porventura suscitadas e dar orientações complementares que permitam a execução dessa Instrução Normativa

Art. 8º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Instrução Normativa nº 2, de 28 de março de 1996.

DOMINGOS POUBEL DE CASTRO

(Of. nº 118/96)

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DO ABASTECIMENTO

DESPACHOS

Processo nº 12792.000469/96-29

Autorizo a dispensa de licitação para atender despesas com o curso sobre os aspectos do Código de Defesa do Consumidor, no valor de R$ 10.980,93 (dez mil, novecentos e oitenta reais e noventa e três centavos), em favor da Escola de Administração Fazendária - ESAF, com fundamento no Art. 24, Inciso VIII, da Lei nº 8.666/93, tendo em vista o constante no processo Nº 12792.000469/96-29, o qual foi submetido a exame da Procuradoria Geral da SUNAB, que emitiu parecer favorável.

Brasília-DF, 19 de agosto de 1996

EDUARDO LAGO
Coordenador-Geral de Administração

RATIFICO a decisão do Coordenador-Geral de Administração da SUNAB, referente à dispensa de licitação para atender despesas com o curso sobre os Aspectos de Defesa do Consumidor, em favor da Escola de Administração Fazendária - ESAF, com fundamento no Art. 24, Inciso VIII, da Lei nº 8.666/93.

Brasília-DF, 19 de agosto de 1996

EDSON TALARICO LONGANO
Superintendente

(Of. nº 107/96)

BANCO CENTRAL DO BRASIL
Diretoria Colegiada

ATO Nº 566, DE 15 DE AGOSTO DE 1996

O Presidente do Banco Central do Brasil, no uso de suas atribuições, com base no artigo 16 da Lei nº 6.024, de 13.03.74, tendo em vista acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, que revogou a sentença declaratória de falência da sociedade, resolve:

I - declarar retomada a liquidação extrajudicial da ITAPEMIRIM EMPREENDIMENTOS E CONSÓRCIOS S/C LTDA. (CGC nº 00.720.656/0001-89), com sede em Brasília (DF);

II - nomear liquidante, com amplos poderes de administração e liquidação, o Sr. Donaldo Coelho da Silva, carteira de identidade RG nº 218.990 - SSP/GO e CPF nº 002.647.171-04.

GUSTAVO JORGE LABOISSIÈRE LOYOLA

(Of. nº 2.504/96)

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DECISÃO CONJUNTA Nº 1, DE 15 DE AGOSTO DE 1996

Dispõe sobre a prorrogação dos prazos para a distribuição junto ao público de certificados de investimento para a produção, distribuição, exibição e infra-estrutura técnica, de obras audiovisuais cinematográficas brasileiras, a liberação dos recursos captados e o envio de informações.

O MINISTRO DA CULTURA e a COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, com base no disposto na Lei nº 6.385, de 07.12.76, e com fundamento no artigo 1º, da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993 e no artigo 2º, do Decreto nº 974, de 08 de novembro de 1993, decidem:

Art. 1º - Dilatar para 360 (trezentos e sessenta) dias, prorrogáveis por igual período, mediante pedido devidamente justificado, o prazo de distribuição junto ao público dos certificados de investimento para a produção, distribuição, exibição e infra-estrutura técnica, de obras audiovisuais cinematográficas, previsto no item IV, do art. 14, da Instrução CVM nº 208, de 07 de fevereiro de 1994, alterado pelo art. 2º, da Instrução CVM nº 240, de 17 de novembro de 1995.

Art. 2º - Prorrogar, até 30 de abril de 1997, o prazo de distribuição dos certificados cujos registros tenham sido concedidos pela CVM até a data da publicação desta Decisão-Conjunta e cuja colocação não tenha sido encerrada.

Art. 3º - Nos contratos de distribuição em que não haja compromisso de garantia firme de colocação da totalidade das cotas emitidas, por parte da instituição financeira responsável pela distribuição, e desde que subscritos e integralizados 80% (oitenta por cento) do montante registrado da distribuição, comprovados mediante a apresentação do extrato das contas de aplicação financeira abertas, nos termos do disposto no art. 9º, do Decreto 974, de 08 de novembro de 1993, poderá ser autorizada a liberação dos recursos captados.

Art. 4º - Os intermediários financeiros integrantes do sistema de distribuição deverão encaminhar para a CVM e para a Secretaria para o Desenvolvimento Audiovisual, mensalmente, até o dia 10 do mês subseqüente, mapas-relatórios indicativos do movimento de distribuição dos certificados de investimento.

Art. 5º - Concluído o projeto, a empresa emissora deverá enviar, no mínimo semestralmente, para a CVM e para a Secretaria para o Desenvolvimento Audiovisual, relatório contendo informações relativas aos rendimentos decorrentes dos direitos de comercialização do mesmo.

Art. 6º - Esta Decisão-Conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO CORRÊA WEFFORT
Ministro da Cultura

FRANCISCO AUGUSTO DA COSTA E SILVA
Presidente da Comissão

Ratifico a decisão do Ordenador de Despesa do 7º Depósito de Suprimento, referente à dispensa da solicitação acima caracterizada, nos termos do Art. 26 da Lei nº 8.666/93.

Recife-PE, 13 de agosto de 1996
Gen Div NELSON BORGES MOLINARI
Comandante

(Of. nº 83/96)

COMANDO MILITAR DO PLANALTO
11ª Região Militar

DESPACHOS

Reconheço a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO fundamentada nos termos do Caput do Art 25 da Lei 8.666, de 21 Jun 93, junto aos seguintes PSA contratados: Maria José Holanda Pereira Ribeiro (Consulta de Pediatria), Márcia Ayd O. Estevam de Barros (Cirurgiã Dentista), Maria Vicentini Zoccoli (Consulta de Fisioterapia) e Márcia Aparecida de Assis Marra (Psicóloga) na Gestão Fundo do Exército, no período de 01 de maio de 1996 à 01 de maio de 1997.
Tudo de acordo com o processo nº 010/96 - 43º BIMtz.

Cristalina-GO, 17 de julho de 1996
Cel Inf PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA
Ordenador de Despesas do 43º Batalhão de Infantaria Motorizado

Ratifico a decisão do Ordenador de Despesas do 43º Batalhão de Infantaria Motorizado, nos termos do Art 26 Lei 8.666 de 21 Jun 93.

Brasília-DF, 12 de agosto de 1996
Cel Inf OEMA MARCUS ANABÍLIO TENÓRIO DANTAS
Responsável p/Comando

(Of. nº 57/96)

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO
PORTARIA Nº 202, DE 19 DE AGOSTO DE 1996

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 7º da Lei nº 8.401, de 8 de janeiro de 1992, no art. 5º do Decreto nº 567, de 11 de junho de 1992, no inciso XI do art. 5º da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, no art. 30 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, com a redação dada pela Medida Provisória nº 1.486-30, de 08 de agosto de 1996 e no art. 2º da Lei nº 8.249, de 24 de outubro de 1991, com a redação dada pela Medida Provisória nº 1.486-30, de 08 de agosto de 1996, resolve:

Art 1º Fica autorizada, nos termos desta Portaria, a conversão de títulos representativos da dívida externa brasileira, de emissão da República Federativa do Brasil, em Notas do Tesouro Nacional - NTN, para exclusiva utilização em:

I - Projetos previamente aprovados pelo Ministério da Cultura voltados para atividades de produção, distribuição, exibição e divulgação, no Brasil e no exterior, de obra audiovisual brasileira, preservação de sua memória e da documentação a ela relativa;

II - Doações ao Fundo Nacional de Cultura.

Art 2º Os títulos para os quais a conversão é permitida são os seguintes:

I - Bônus de Juros Atrasados 89/90 ("Interest Due and Unpaid Bond" (IDU Bond);

II - Bônus ao Par ("Par Bond"), Bônus de Desconto ("Discount Bond"), Bônus de Juros Atrasados 1991/1994 ("Elegible Interest Bond"), Bônus de Dinheiro Novo de 1994 ("New Money Bond"), Bônus de Conversão de Dívida ("Debt Conversion Bond"), Bônus de Redução Temporária de Juros ("Front-Loaded Interest Reduction Bond") e Bônus de Redução Temporária de Juros com Capitalização ("Front-Loaded Interest Reduction with Capitalization Bond")

Art 3º A Nota do Tesouro Nacional objeto da troca prevista nesta Portaria será a Nota do Tesouro Nacional, série D - NTN-D, com as seguintes características:

a) prazo: doze meses;

b) taxa de juros: seis por cento ao ano, calculada sobre o valor nominal atualizado;

c) modalidade: nominativa e negociável;

d) valor nominal: múltiplo de R$ 1.000,00 (mil reais);

e) atualização do valor nominal: pela variação da cotação de venda do dólar dos Estados Unidos da América no mercado de câmbio de taxas livres, divulgada pelo Banco Central do Brasil, sendo consideradas as taxas médias do dia útil imediatamente anterior às datas de emissão e de resgate do título;

f) pagamento de juros: semestralmente, com ajuste no primeiro período de fluência, quando couber;

g) resgate do principal: em parcela única, na data do seu vencimento;

h) forma de colocação: direta, em favor do beneficiário.

Art 4º A conversão dos títulos indicados no art 2º dar-se-á ao par, à exceção do Bônus ao Par que deverá observar um desconto inicial de 35% (trinta e cinco por cento), a ser reduzido semestralmente, a partir da data de emissão, como segue:

Semestre (a partir da Data da Emissão)	Desconto	Semestre (a partir da Data da Emissão)	Desconto
1º	35.0%	31º	25.5%
2º	34.7%	32º	25.0%
3º	34.4%	33º	24.5%
4º	34.0%	34º	24.0%
5º	33.7%	35º	23.5%
6º	33.3%	36º	22.9%
7º	33.0%	37º	22.4%
8º	32.6%	38º	21.8%
9º	32.3%	39º	21.1%
10º	31.9%	40º	20.4%
11º	31.7%	41º	19.7%
12º	31.4%	42º	19.0%
13º	31.2%	43º	18.3%
14º	31.0%	44º	17.5%
15º	30.7%	45º	16.6%
16º	30.5%	46º	15.7%
17º	30.2%	47º	14.8%
18º	30.0%	48º	13.9%
19º	29.7%	49º	12.9%
20º	29.4%	50º	11.8%
21º	29.1%	51º	10.7%
22º	28.8%	52º	9.5%
23º	28.5%	53º	8.3%
24º	28.2%	54º	7.1%
25º	27.9%	55º	5.8%
26º	27.5%	56º	4.4%
27º	27.1%	57º	2.9%
28º	26.8%	58º	1.4%
29º	26.4%	59º	0
30º	25.9%	60º	0

Art 5º A troca de que trata esta Portaria fica limitada a US$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos) por período de 12 meses.

Art 6º Os interessados deverão informar à Secretaria do Tesouro Nacional, por intermédio do Ministério da Cultura, os títulos a serem utilizados, indicando as séries, números, data de emissão, valores e ainda, identificando seus detentores, com nome e endereço.

Art 7º No prazo de dez dias úteis antes da data prevista para a realização da conversão, os interessados deverão providenciar diretamente ou por intermédio do depositário no exterior, o envio aos agentes designados nos Acordos de Agenciamento e Administração ("Fiscal Agency Agreements"), firmados pela República Federativa do Brasil, em 10 de setembro de 1992 e 29 de novembro de 1993, respectivamente, dos seguintes documentos:

I) para os bônus na forma definitiva ("Definitive Form"):

a) Aviso de Conversão ("Conversion Notice") nos termos dos acordos relativos à emissão desses títulos, devidamente assinado pelo investidor;

b) no caso de bônus ao portador ("Bearer Form"), todos os cupons relativos a principal e juros vincendos e, se houver, também os vencidos e não pagos;

c) no caso de bônus nominativo ("Registered Form"), o instrumento apropriado de tranferência, devidamente endossado em branco, e preenchido de acordo com as instruções de cada contrato;

II) para os bônus na forma global ("Global Bond"):

a) Certificado para Troca ou Conversão de Direito Sobre

Parte Ideal em Bônus Globais ("Certificate for Exchange or Conversion of Beneficial Interest in Global Bonds") e instrução para o Agente de Conversão notificar o Agente de Administração, bem como o emissor, sobre sua participação neste Programa de Conversão;

b) instrução ao operador Euroclear ou Cedel para transferir cada direito sobre parte ideal dos Bônus Globais ao Portador ("Global Bearer Bonds") ou dos Bônus Globais Permanentes Não-Americano Nominativos ("Non-U.S. Permanent Global Registered Bond"), conforme sua apresentação, para a conta do Agente de Conversão;

c) instrução ao Agente de Registro ("Registrar") para transferir cada direito sobre parte ideal em Bônus Globais Permanentes U.S. Nominativos ("U.S. Permanent Global Registered Bond") para a conta apropriada do Agente de Conversão;

Art 8º Os agentes a que se refere o art 7º, e respectivos endereços para envio dos documentos, são os seguintes:

I - Para o Bônus de Juros Atrasados 89/90("Interest Due and Unpaid Bond" - IDU Bond):

FIRST TRUST NEW YORK
New York: Corporate Trust Operations Department
100 Wall Street
Suite 1600
New York, N.Y. 10005
Tel. : (212) 361-2524
Fax : (212) 809-5459

MORGAN GUARANTY TRUST COMPANY OF NEW YORK
London: 60 Victoria Embankment
London EC4Y OJP
England
Tel. : (71) 325-8693
Fax : (71) 325-8285

II - Para o Bônus ao Par ("Par Bond"), Bônus de Desconto ("Discount Bond"), Bônus de Juros Atrasados 1991/1994 ("Elegible Interest Bond"), Bônus de Dinheiro Novo de 1994 ("New Money Bond"), Bônus de Conversão de Dívida ("Debt Conversion Bond"), Bônus de Redução Temporária de Juros ("Front-Loaded Interest Reduction Bond") e Bônus de Redução Temporária de Juros com Capitalização ("Front-Loaded Interest Reduction with Captalization Bond"):

THE CHASE MANHATAN, N.A.
New York: Corporate Trust Administration
4 Chase MetroTech Center
Brooklyn, N.Y., 11245
Tel. : (718) 242-7266
Fax : (718) 242-5885

London: Corporate Trust Department
Woolgate House, Coleman Street
London EC2P 2HD
England
Tel.: 20-234-7933
Fax.: 20-234-7945

Art 9º A Secretaria do Tesouro Nacional ficará responsável pelo bloqueio dos títulos junto ao First Trust New York, ao Morgan Guaranty Trust Company of New York ou ao The Chase Manhatan, N.A., após receber a confirmação desses agentes.

Art 10 Uma vez concretizada a conversão, a Secretaria do Tesouro Nacional providenciará junto aos agentes citados no art. 7º, o cancelamento dos títulos, realizando nas datas e condições neles previstas o pagamento dos valores devidos até a data da conversão.

Art 11 Não será permitida a utilização parcial do valor de qualquer dos títulos de que trata esta Portaria.

Art 12 Se não ocorrer a conversão, a suspensão do bloqueio dos referidos títulos será efetuada pelos respectivos agentes, nas formas previstas nos acordos, cabendo a cada interessado arcar com os custos financeiros decorrentes.

Art 13 Os recursos provenientes da conversão de que trata esta Portaria serão aplicados integralmente nos objetivos referidos no art 1º, na forma e condições estabelecidas pelo Ministério da Cultura.

Art 14 O montante em NTN-D a ser emitido será igual ao valor nominal dos títulos da dívida externa oferecidos para troca, convertido em reais à taxa de venda do dólar dos Estados Unidos da América no mercado de câmbio de taxas livres, de dois dias úteis anteriores à data estabelecida para a respectiva troca.

Art 15 A NTN-D objeto da troca será emitida sempre no dia primeiro de cada mês.

Art 16 Após confirmada a validade dos títulos externos oferecidos para conversão, a Secretaria do Tesouro Nacional enviará documento ao Banco Central do Brasil autorizando o crédito das NTN-D em favor do beneficiário em conta da instituição credenciada no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, no dia da realização da troca.

Parágrafo único. no caso de beneficiários não participantes do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, deverá ser indicada ao Banco Central do Brasil a instituição integrante desse sistema por meio da qual receberão os correspondentes títulos, e em cuja conta serão realizadas as movimentações financeiras.

Art 17 O beneficiário se obrigará a comprovar ao Ministério da Cultura a aplicação dos recursos, cabendo ao Órgão Setorial de Controle Interno daquele Ministério a verificação do fiel cumprimento dos objetivos desta Portaria.

Art 18 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PEDRO SAMPAIO MALAN

PORTARIA Nº 203, DE 19 DE AGOSTO DE 1996

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 12 da Medida Provisória nº 1.499-28, de 9 de julho de 1996, e tendo em vista o disposto no art. 17 da Portaria Interministerial nº 156, de 3 de maio de 1995, resolve:

Art. 1º É assegurado o pagamento da Gratificação de Desempenho e Produtividade aos ocupantes do cargo de Técnico de Finanças e Controle que estejam, na forma do disposto na Portaria nº 181, de 4 de julho de 1996, em efetivo exercício na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Art. 2º Até que seja estabelecida a sistemática de avaliação a ser adotada relativamente aos servidores mencionados no artigo anterior, observar-se-á, para efeito do pagamento da Gratificação de Desempenho e Produtividade, o seguinte:

I - a avaliação de desempenho individual corresponderá a cinqüenta por cento do limite máximo de 783 pontos estabelecido no art. 4º da Portaria nº 161, de 28 de março de 1996;

II - a avaliação de desempenho institucional corresponderá ao mesmo percentual atribuído à avaliação institucional do órgão de origem.

Parágrafo único. Os valores concedidos na forma do inciso I serão compensados no mês subseqüente ao primeiro período de avaliação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PEDRO SAMPAIO MALAN

(Of. nº 273/96)

DESPACHO DO MINISTRO
Em 13 de agosto de 1996

Processo MF nº 10168.003395/96-41 - Interessado: FUNDO DE PARTICIPAÇÃO PIS-PASEP - Assunto: Proposta Orçamentária do Exercício Financeiro 1996/1997 - Tendo em vista o disposto no art. 10, inciso IV, do Decreto nº 78.276, de 17.08.76, aprovo a Proposta Orçamentária para o 21º exercício financeiro do Fundo de Participação PIS-PASEP, apreciada e aprovada em 28.06.96, na 74ª Reunião do Conselho Diretor.

PEDRO SAMPAIO MALAN

(Ofs. nºs. 271 e 273/96)

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

Coordenação-Geral do Sistema de Arrecadação e Cobrança

ATO DECLARATÓRIO Nº 28, DE 16 DE AGOSTO DE 1996

O COORDENADOR-GERAL DO SISTEMA DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA, no uso de suas atribuições, declara:

1. O preenchimento do Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, para recolhimento das receitas classificadas sob os códigos 1605 e 1513, a que se refere a Instrução Normativa Nº 44, de 02 de agosto de 1996, deverá observar as instruções abaixo.

2. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 17. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de agosto de 1996, 175º da Independência e 108º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Pedro Malan
Francisco Dornelles
Antonio Kandir
Luiz Carlos Bresser Pereira

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.485-28, DE 8 DE AGOSTO DE 1996.

Dispõe sobre a base de cálculo da Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS devida pelas pessoas jurídicas a que se refere o § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Para efeito de determinação da base de cálculo da Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS, de que trata o inciso V do art. 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, as pessoas jurídicas referidas no § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, poderão efetuar as seguintes exclusões ou deduções da receita bruta operacional auferida no mês:

I - reversões de provisões operacionais e recuperações de créditos baixados como prejuízo, que não representem ingresso de novas receitas, o resultado positivo da avaliação de investimentos pelo valor do patrimônio líquido e os juros e dividendos derivados de investimentos avaliados pelo custo de aquisição, que tenham sido computados como receita;

II - valores correspondentes a diferenças positivas decorrentes de variação, nos ativos objetos dos contratos, no caso de operações de "swap" air... liquidadas

III - no caso de bancos comerciais, banco... investimento, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, finan... o e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil e cooperativas de crédito:

a) despesas de captação em operações realizadas no mercado interfinanceiro, inclusive com títulos públicos;

b) encargos com obrigações por refinanciamentos, empréstimos e repasses de recursos de órgãos e instituições oficiais;

c) despesas de câmbio;

d) despesas de arrendamento mercantil, restritas a empresas e instituições arrendadoras;

e) despesas de operações especiais por conta e ordem do Tesouro Nacional;

IV - no caso de empresas de seguros privados:

a) cosseguro e resseguro cedidos;

b) valores referentes a cancelamentos e restituições de prêmios que houverem sido computados como receitas;

c) a parcela dos prêmios destinada à constituição de provisões ou reservas técnicas;

V - no caso de entidades de previdência privada abertas e fechadas, a parcela das contribuições destinada à constituição de provisões ou reservas técnicas;

VI - no caso de empresas de capitalização, a parcela dos prêmios destinada à constituição de provisões ou reservas técnicas.

§ 1º É vedada a dedução de prejuízos, de despesas incorridas na cessão de créditos e de qualquer despesa administrativa.

§ 2º Nas operações realizadas em mercados futuros, sujeitos a ajustes diários, a base de cálculo da contribuição para o PIS é o resultado positivo dos ajustes ocorridos no mês.

§ 3º As exclusões e deduções previstas neste artigo restringem-se a operações autorizadas às empresas ou entidades nele referidas, desde que realizadas dentro dos limites operacionais previstos na legislação pertinente.

Art. 2º A contribuição de que trata esta Medida Provisória será calculada mediante a aplicação da alíquota de 0,75% sobre a base de cálculo apurada nos termos deste ato.

Art. 3º As contribuições devidas pelas empresas públicas e sociedades de economia mista referidas no § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 1991, serão calculadas e pagas segundo o disposto nesta Medida Provisória.

Art. 4º O pagamento da contribuição ... acordo com esta Medida Provisória deverá ser efetuado até o último dia útil da quinze... subseqüente ao mês de ... cia dos fatos geradores.

Art. 5º Ficam convalidados os ... praticados com base na Medida Provisória nº 1.485-27, de 9 de julho de 1996.

Art. 6º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de ...

Art. 7º Ficam revogados o art. 5º da Lei nº 7.691, de 15 de dezembro de 1988, e os arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 8.398, de 7 de janeiro de 1992.

Brasília, 8 de agosto de 1996; 175º da Independência e 108º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Pedro Malan

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.486-30, DE 8 DE AGOSTO DE 1996.

Dispõe sobre a Nota do Tesouro Nacional - NTN e sua utilização para aquisição de bens e direitos alienados no âmbito do Programa Nacional de Desestatização - PND, instituído pela Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, consolidando as normas sobre a matéria constantes da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, e da Lei nº 8.249, de 24 de outubro de 1991, e altera os arts. 2º e 3º da Lei nº 8.249/91.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º O art. 30 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, alterado pela Lei nº 8.696, de 26 de agosto de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 30. É criada a Nota do Tesouro Nacional - NTN, a ser emitida, respeitados a autorização concedida e os limites fixados na Lei Orçamentária, ou em seus créditos adicionais, com a finalidade de prover o Tesouro Nacional de recursos necessários para cobertura de seus déficits explicitados nos orçamentos ou para realização de operações de crédito por antecipação de receita.

§ 1º Além do disposto no caput deste artigo, a NTN poderá ser emitida no âmbito do Programa Nacional de Desestatização - PND, instituído pela Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, para:

a) aquisição, pelo alienante, de bens e direitos, com os recursos recebidos em moeda corrente;

b) permuta pelos títulos e créditos recebidos por alienantes.

§ 2º Os recursos em moeda corrente obtidos na forma da alínea "a" do parágrafo anterior serão usados para:

a) amortizar a dívida pública mobiliária federal de emissão do Tesouro Nacional;

b) custear programas e projetos nas áreas da ciência e tecnologia, da saúde, da defesa nacional, da segurança pública e do meio ambiente, aprovados pelo Presidente da República.

§ 3º A NTN poderá ainda ser emitida para troca voluntária por títulos emitidos em decorrência dos acordos de reestruturação da dívida externa brasileira, para utilização:

a) em projetos voltados a atividades de produção, distribuição, exibição e divulgação, no Brasil e no exterior, de obra audiovisual brasileira, preservação de sua memória e da documentação a ela relativa, aprovados pelo Ministério da Cultura;

b) mediante doações ao Fundo Nacional da Cultura - FNC, nos termos do inciso XI do art. 5º da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.

§ 4º A troca a que se refere o parágrafo anterior será regulamentada pelo Ministro de Estado da Fazenda, que estabelecerá, inclusive, seu limite anual."

Art. 2º O art. 2º da Lei nº 8.249, de 24 de outubro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º A NTN será emitida com as seguintes características gerais:

I - prazo: até 30 anos;

.....

III - formas de colocação:

a) oferta pública, com a realização de leilões, podendo ser colocada ao par, com ágio ou deságio;

b) direta, em favor de autarquia, fundação ou empresas públicas, ou sociedade de economia mista federal, mediante expressa autorização do Ministro de Estado da Fazenda, não podendo ser colocada por valor inferior ao par;

c) direta, em favor de interessado, e mediante expressa autorização do Ministro de Estado da Fazenda, não podendo ser colocada por valor inferior ao par, quando se tratar de emissão para atender ao Programa de Financiamento às Exportações - PROEX, instituído pela Lei nº 8.187, de 1º de junho de 1991; nas operações de troca por "Brazil Investment Bond - BIB", de que trata o art. 1º desta Lei; nas operações de troca por bônus previstas nos acordos de reestruturação da dívida externa e nas operações de troca por títulos da dívida externa para utilização em projetos de incentivo ao setor audiovisual brasileiro, e doações ao FNC, de que trata o art. 30, § 3º, da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, em sua atual redação.

.....

§ 2º .....

.....

IV - Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, calculada pelo Banco Central do Brasil."

.....

Art. 3º O parágrafo único do art. 3º da Lei nº 8.249/91 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º .....

Parágrafo único. O Poder Executivo poderá autorizar a utilização da NTN para aquisição de bens e direitos alienados no âmbito do Programa Nacional de Desestatização - PND, de que trata a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990."

Art 4º Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 1.486-29, de 9 de julho de 1996.

Art. 5º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de agosto de 1996; 175º da Independência e 108º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Pedro Malan

Ministério da Cultura

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 147, DE 16 DE SETEMBRO DE 1996

O MINISTRO DE ESTADO DA CULTURA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista os termos da Medida Provisória n.º 1486-31, de 5 de setembro de 1996, da Portaria n.º 202, de 19 de agosto de 1996, do Minrsterio da Fazenda e os disposros na Lei n.º 8.401, de 8 de janeiro de 1992, no Decreto n.º 567,. de 11 de junho de 1992, no inciso XI do art. 5º da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, resolve:

Art. 1º Os recursos provenientes da conversão de titulos representativos da divida externa brasileira por Notas do Tesouro Nacional - NTN-D, nos termos do § 3º do art. 30 da Medida Provisória n.º 1.486-30, de 8 de agosto de 1996 e da Portaria n.º 202, do Ministério da Fazenda, datada de 19 de agosto de 1996, poderão ser utilizados em:

I - projetos de obra audiovisual brasileira de produção, distribuição, exibição e divulgação no Brasil e Exterior, bem como de preservação de sua memória e da documentação a ela relativa, aprovados pelo Ministério da Cultura;

II - doações ao Fundo Nacional de Cultura - FNC.

PROJETOS AUDIOVISUAIS

Art. 2º Os projetos referidos no inciso I do art. 1º desta Portaria, deverão ser apresentados em uma via, com todas as páginas assinadas e numeradas, e deverão conter os seguintes elementos basicos:

I - identificação do projeto e do proponente;

II - sinopse e Justificativa do Projeto;

III - orçamento analitico;

IV - cronograma de execução fisica, com indicação dos prazos de inicio e conclusão de cada etapa;

V - cronograma de desembolso.

§ 1º Os projetos de produção de obras audiovisuais deverão conter, ainda, os seguintes elementos:

I - roteiro;

II - análise técnica;

III - plano de produção;

IV - certificados de registro do roteiro na Fundação Biblioteca Nacional;

V - promessa de cessão dos direitos de adaptação da obra em que se baseia o projeto;

§ 2º Os projetos de exibição e infra-estrutura técnica de produção deverão conter ainda os seguintes elementos:

I - plantas e croquis;

II - catalogos de equipamentos, se for o caso;

§.3º Os projetos de preservação de memória e da documentação a ela relativa, deverão conter, ainda, se for o caso, informações sobre os seguintes elementos:

I - climatização do espaço fisico;

II - embalagens de armazenamento;

III - mobiliário;

IV - controle do acervo;

V - duplicação do acervo;

§ 4º O cronograma de desembolso devera prever o limite minimo de quatro parcelas de liberações, não podendo nenhuma delas ser superior a trinta por cento do total dos créditos relativos as NTN-D.

§ 5º Em casos excepcionais, o percentual referido no paragrafo anterior poderá ser elevado mediante autorização expressa da Secretaria para o Desenvolvimento Audiovisual, consignada e justificada no respectivo processo.

Art. 3º Juntamente com os projetos mencionados no artigo 2º desta Portaria deverão ser apresentados à Secretaria para o Desenvolvimento Audiovisual, os seguintes documentos :

I - requerimento do titular ou responsavel pela empresa proponente;

II - contrato Social e alterações, se houver, devidamente registrado na Junta Comercial da sede da empresa;

III - copia do Cartão do C.G.C.;

IV - curriculum da empresa proponente;

V - comprovante de regularidade perante ao INSS, FGTS, Certidão de Quitação de Tributos Federais, e da Divida Ativa da União;

VI - contrato de Co-Produção, se houver;

VII - relação dos titulos a serem utilizados na conversão para NTN-D;

VIII - instrumento firmado pelo beneficiário da conversão, constituindo o Banco do Brasil S/A, mandatário, com poderes para negociar no mercado secundario, ao par, com ágio ou deságio, as NTN-D, de que trata a Portaria MF n.º 202/96, do Ministerio da Fazenda.

Paragrafo Unico. Na relação dos titulos a serem convertidos deverão ser indicados: as series, numeros, datas de emissão, valores, identificação dos titulares com nomes e endereços, observadas as normas procedimentais subsequentes previstas no Art. 7º da Portaria n.º 202/96, do Ministério da Fazenda.

Art. 4º A Secretaria para o Desenvolvimento Audiovisual analisará, em separado, cada projeto de obra audiovisual, devendo decidir quanto à sua aprovação no prazo máximo de trinta dias.

§ 1º O prazo estabelecido neste artigo será contado a partir do dia útil subsequente ao da data do recebimento pela Secretaria para o Desenvolvimento

Audiovisual, mediante protocolo.

§ 2° O prazo de trinta dias poderá ser interrompido uma única vez, caso a Secretaria para o Desenvolvimento Audiovisual solicite, por ofício, documentos e/ou informações adicionais, reiniciando-se após o cumprimento das exigências.

§ 3° No caso de não ser aprovado o projeto, caberá recurso à Secretaria-Executiva do Ministério da Cultura, no prazo máximo de cinco dias úteis, excluído o dia do recebimento da comunicação da decisão.

§ 4° A Secretaria-Executiva do Ministério da Cultura decidirá sobre o recurso no prazo de quinze dias, contados da data de sua apresentação.

Art. 5° Os pedidos de alterações, modificações ou outros solicitados pelos proponentes, sujeitar-se-ão ao prazo inicial previsto no art. 4° desta Portaria.

Art. 6° A Secretaria para o Desenvolvimento Audiovisual, após a aprovação do projeto, encaminhará à Secretaria do Tesouro Nacional, a relação dos títulos a serem convertidos, na forma do artigo 3° desta Portaria, bem como a indicação do beneficiário e do título do projeto.

Art. 7° A autorização para conversão dos títulos apresentados para financiamento dos projetos, cujo período de execução seja superior a 12 (doze) meses, fica limitada aos valores previstos no cronograma de desembolso para cada período.

Art. 8° O crédito das NTN-D de que trata o Art. 16 da Portaria n.° 202/96, do Ministério da Fazenda, será depositado em conta junto ao Banco do Brasil S/A, mantida no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, em favor do beneficiário e vinculada ao projeto aprovado, conforme indicado no artigo 6°.

Art. 9° Em conformidade com o art. 24 desta Portaria, o Banco do Brasil S/A, mediante comunicado da Secretaria para o Desenvolvimento Audiovisual, e de acordo com o cronograma de desembolso constante do projeto aprovado, negociará as NTN-D no mercado secundário, podendo ser colocadas ao par, com ágio ou deságio.

Parágrafo Único. O Banco do Brasil S/A, poderá deduzir dos recursos decorrentes da negociação das NTN-D, ou do valor do resgate dos referidos títulos, caso não sejam negociados no mercado secundário, 0,05% (cinquenta centésimos por cento), a título de comissão de administração que lhe é devida.

Art. 10 Os recursos decorrentes da negociação das NTN-D, serão depositados em conta específica, em nome do projeto e de responsabilidade do beneficiário, aberta e mantida no Banco do Brasil S/A, sendo remunerada pelos mesmos critérios dos títulos negociados.

§ 1° A movimentação da conta específica de que trata este artigo, dar-se-á mediante autorização expressa da Secretaria para o Desenvolvimento Audiovisual, de acordo com o cronograma de desembolso constante do projeto aprovado.

§ 2° A autorização de movimentação financeira prevista no parágrafo anterior, observadas as condições estabelecidas no art. 13 desta Portaria, dar-se-á mediante a comprovação da etapa anterior.

Art. 11 O beneficiário, quando da apresentação do projeto, deverá considerar no orçamento analítico de que trata o inciso III, do artigo 2°, desta Portaria, o ágio ou o deságio que possa ocorrer na negociação das NTN-D, como também a rentabilidade da conta especial do projeto.

Art. 12 O saldo restante dos recursos financeiros, após a conclusão ou interrupção permanente do projeto, porventura existente nas contas remuneradas, seja qual for a razão, será aplicado, exclusivamente, em outros projetos audiovisuais, a critério do Ministério da Cultura.

Art. 13 A empresa beneficiária, em ato conjunto com os pedidos de liberações, da segunda parcela em diante, previstas no cronograma de desembolso, apresentará prestação de contas parciais de acordo com o cronograma de execução física, além de outras comprovações que forem prévia e formalmente solicitadas pela Secretaria para o Desenvolvimento Audiovisual.

Art. 14 A prestação de contas definitiva será na forma técnico contábil, no prazo de noventa dias após a data de conclusão prevista no cronograma de execução física.

Art. 15 A Secretaria para o Desenvolvimento Audiovisual, poderá, no prazo de cinco anos, ter acesso à documentação contábil e solicitar a comprovação das despesas realizadas na execução do projeto, bem como obter outras informações, sempre que julgar necessárias, a contar da data da prestação de contas, prevista no artigo anterior.

Art. 16 As decisões de aprovação dos projetos audiovisuais pela Secretaria para o Desenvolvimento Audiovisual serão publicadas no Diário Oficial da União.

DOAÇÕES AO FUNDO NACIONAL DA CULTURA

Art. 17 As doações referidas no inciso II do art. 1°, desta Portaria, deverão ser apresentadas ao Fundo Nacional da Cultura, do Ministério da Cultura, sob a forma de proposta, em uma via assinada, com todas as páginas numeradas e rubricadas, contendo os seguintes elementos:

I - nome completo do doador;

II - CGC ou CPF;

III - endereço;

IV - valor da doação;

V - relação dos títulos a serem convertidos;

Parágrafo Único. Na relação dos títulos a serem convertidos, deverão ser indicados: as séries, numeros, datas de emissão, valores dos títulos, observadas as normas procedimentais subsequentes previstas no Art. 7° da Portaria n.° 202/96, do Ministério da Fazenda.

Art. 18 No caso de doações destinadas a projetos específicos junto ao Fundo Nacional de Cultura, a proposta de doação deverá conter, alem dos elementos constantes do artigo anterior, as seguintes informações:

I - nome do projeto;

II - nome do proponente;

III - n.° do projeto junto ao PNC (n.° PRONAC) se houver;

IV - n.° do processo, se houver.

Parágrafo Unico. Somente serão aceitas doações destinadas a projetos específicos, após a sua aprovação pelo Fundo Nacional da Cultura.

Art. 19 O Fundo Nacional da Cultura, após a aceitação da doação, encaminhará a Secretaria do Tesouro Nacional a relação dos títulos a serem convertidos, na forma do art. 6° da Portaria n° 202/96, do Ministerio da Fazenda.

Art. 20 O credito das NTN-D de que trata o Art. 16 da Portaria/MF n.° 202, de 19 de agosto de 1996, será depositado em conta junto ao Banco do brasil S/A, mantida no Sistema Especial de Liquidação e Custodia - SELIC, em favor do Fundo Nacional da Cultura.

Art. 21 O Fundo Nacional da Cultura, mediante comunicado ao Banco do Brasil S/A, autorizará a negociação das NTN-D no mercado secundário, podendo ser colocadas ao par, com agio ou desagio.

Parágrafo Unico. O Banco do Brasil S/A, poderá deduzir dos recursos decorrentes da negociação das NTN-D, ou do valor do resgate dos referidos títulos, caso não sejam negociados no mercado secundário, 0,05% (cinquenta centésimos por cento), a título de comissão de administração que lhe é devida.

Art. 22 Os recursos decorrentes da negociação das NTN-D, serão depositados em conta específica em nome do Fundo Nacional da Cultura, aberta e mantida no Banco do Brasil S/A, sendo remunerada pelos mesmos criterios dos títulos negociados.

Art. 23 Após a execução dos projetos, os saldos dos recursos financeiros porventura existentes, seja qual for a razão, serão devolvidos ao Fundo Nacional de Cultura para serem aplicados em outros projetos, nos termos da Lei n.° 8.313, de 23 de dezembro de 1991, vedada qualquer outra destinação.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 24 A atuação do Banco do Brasil S/A, no cumprimento do disposto nesta Portaria, está disciplinada em instrumento firmado entre o Ministério da Cultura e aquela Instituição .

Art. 25 Os casos omissos referentes ao inciso I, do art. 1°, desta Portaria, serão dirimidos pela Secretaria para o Desenvolvimento Audiovisual e os referentes ao inciso II, do mesmo artigo, pela Secretaria de Apoio à Cultura.

Art. 26° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO WEFFORT

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

INSTRUÇÃO CVM Nº 260, DE 9 DE ABRIL DE 1997

Dispõe sobre a emissão e distribuição de Certificados de Investimento para a produção, distribuição, exibição e infra-estrutura técnica de obras audiovisuais cinematográficas brasileiras.

O Presidente da Comissão de Valores Mobiliários - CVM torna público que o Colegiado, em sessão realizada nesta data, tendo em vista o disposto na Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, e com fundamento no artigo 1º da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, no artigo 2º do Decreto nº 974, de 08 de novembro de 1993 e na Decisão Conjunta CVM/MINC nº 1, de 15 de agosto de 1996, resolveu baixar a seguinte Instrução:

DOS CERTIFICADOS DE INVESTIMENTO

Art. 1º - Os Certificados de Investimento que caracterizem quotas representativas de direitos de comercialização de obras e projetos específicos da área audiovisual cinematográfica brasileira de produção independente, bem como os de exibição, distribuição e infra-estrutura técnica, apresentados por empresa brasileira de capital nacional, previstos no Decreto nº 974/93, que regulamentou a Lei nº 8.685/93, deverão ter sua emissão e distribuição registradas na CVM.

Parágrafo Único - A totalidade das quotas objeto do registro será representativa de percentual sobre os direitos de comercialização durante o prazo e nas condições fixadas pela empresa emissora por ocasião do pedido de registro de que trata o "caput" deste artigo.

Art. 2º - Consideram-se empresas emissoras, para os efeitos desta Instrução, aquelas dedicadas à produção independente de obras audiovisuais brasileiras, bem como as empresas brasileiras de capital nacional que apresentem projetos de exibição, distribuição e infra-estrutura técnica específicos da área audiovisual cinematográfica, tal como definidas no "caput" e no § 5º, do artigo 1º, da Lei nº 8.685/93.

Art. 3º - Os Certificados de Investimento, que poderão ser nominativos ou escriturais, deverão conter:

I - contrato ou estatuto social da empresa emissora;

II - ato deliberativo da emissão de Certificados de Investimento;

III - indicação do diretor ou sócio gerente da empresa emissora responsável pelo projeto;

IV - contrato identificando os direitos e as obrigações da empresa emissora e dos subscritores dos Certificados;

V - cópia da guia de recolhimento da taxa de fiscalização relativa ao registro de emissão dos Certificados de Investimento;

VI - cópia do contrato de distribuição dos Certificados de Investimento e, se houver, o de garantia de subscrição;

VII - contrato de garantia de liquidez, se houver;

VIII - modelo do Certificado de Investimento;

IX - modelo de boletim de subscrição com identificação de sua numeração, o qual deverá conter:

a) espaço para assinatura; e

b) declaração expressa do investidor de haver tomado conhecimento da existência do prospecto e da forma de obtê-lo;

X - minuta do prospecto, o qual deverá ser elaborado na forma do artigo 11 desta Instrução;

XI - cópias dos documentos submetidos à apreciação do Ministério da Cultura, nos termos do artigo. 7º do Decreto nº 974/93;

XII - cópia do documento de aprovação do projeto no Ministério da Cultura contendo o respectivo número do registro ; e

XIII - indicação do número das contas de aplicação financeira vinculadas ao projeto e da agência do Banco do Brasil S/A em que estas foram abertas, bem como os nomes dos titulares das contas.

DA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES

Art. 8º - Os administradores da empresa emissora são responsáveis pela veracidade das informações encaminhadas à CVM.

Parágrafo Único - Ao líder da distribuição cabe desenvolver esforços, no sentido de verificar a suficiência e qualidade das informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, necessárias a uma tomada de decisão por parte dos investidores.

DOS INTERMEDIÁRIOS

Art. 9º - Os integrantes do sistema de distribuição poderão formar consórcio com o fim específico de distribuir Certificados de Investimento no mercado e/ou garantir a subscrição de emissão.

§ 1º - O consórcio será regulado por contrato e subcontrato dos quais constarão, obrigatoriamente, as condições e os limites de coobrigação de cada instituição participante e a outorga de poderes de representação das sociedades consorciadas ao líder da distribuição.

§ 2º - A responsabilidade de cada uma das instituições participantes do consórcio formado nos termos desse artigo corresponde ao montante do risco assumido no instrumento de contrato de que trata o parágrafo anterior, observadas as disposições do artigo 10 desta Instrução.

§ 3º - Os custos totais referentes à intermediação da distribuição pública, como, por exemplo, taxa de colocação, taxa de liderança, custos de elaboração de prospecto, despesas de publicidade e despesas de transporte de intermediários, não poderão exceder a 10% (dez por cento) do montante da distribuição registrada.

Art. 10 - Ao líder da distribuição cabem as seguintes obrigações, além daquelas previstas no parágrafo único do artigo 8º desta Instrução:

I - avaliar, em conjunto com a empresa emissora, a viabilidade da distribuição, suas condições e o tipo de contrato a ser celebrado;

II - formular, em conjunto com a empresa emissora, a solicitação de registro de que trata o artigo 4º desta Instrução, assessorando-a em todas as etapas da emissão;

III - formar o consórcio do lançamento, se for o caso:

IV - informar à CVM os participantes do consórcio, bem como os que a ele aderirem posteriormente, discriminando a quantidade de Certificados de Investimento inicialmente atribuídos a cada um;

V - comunicar à CVM, imediatamente, qualquer eventual alteração no contrato de distribuição, ou seu distrato;

VI - no período de distribuição de quotas, encarregar-se de remeter à CVM os relatórios mensais referidos no artigo 24 desta Instrução, os quais deverão ser elaborados por cada um dos participantes do consórcio, de acordo com o tipo de contrato, devendo a remessa dos últimos relatórios ser processada até 15 (quinze) dias após o encerramento da distribuição das quotas;

VII - elaborar o prospecto de que trata o artigo 11 desta Instrução;

VIII - efetuar, no prazo de 48 horas após o recebimento, o depósito dos recursos captados, nos termos do artigo 4º da Lei nº 8.685/93, podendo descontar as importâncias destinadas ao pagamento da intermediação financeira, nos termos e limites estabelecidos quando da formulação do pedido de registro;

IX - controlar o limite de captação da emissão, respeitado o limite máximo de que trata o artigo 4º, § 2º, "b", da Lei nº 8.685/93;

X - controlar os boletins de subscrição, devolvendo à empresa os que não forem utilizados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o encerramento da distribuição;

XI - subscrever e integralizar as quotas porventura não colocadas no período de distribuição, previsto no inciso IV do artigo 11 desta Instrução, até 30 (trinta) dias, após o término desse período, caso haja compromisso contratual de garantia firme de colocação da totalidade das quotas emitidas.

§ 1º- As instituições participantes do consórcio são obrigadas a manter o prospecto à disposição do público.

§ 2º - As quotas dos projetos só poderão ser negociadas no mercado secundário após a distribuição registrada ter sido totalmente colocada.

DO PROSPECTO

Art. 11 - O prospecto deverá conter as seguintes informações:

I - qualificação da empresa emissora;

II - ato deliberativo da emissão dos Certificados de Investimento;

III - informações acerca do projeto que constitui o objeto da emissão dos Certificados de Investimento;

IV - características da emissão, tais como:

a) valor total da emissão;

b) quantidade de quotas em que se divide a emissão;

c) prazo de distribuição junto ao público, o qual não poderá exceder 360 (trezentos e sessenta) dias contados da concessão do registro, prorrogáveis, com o prévio consentimento da CVM, mediante pedido devidamente justificado e aprovado pelo Ministério da Cultura; e

d) prazo para entrega dos Certificados não superior a 30 (trinta) dias após a comprovação, junto à CVM e ao Ministério da Cultura, da captação da totalidade dos recursos previstos no orçamento global, salvo na hipótese de existência de garantia firme;

V - valor da quota em moeda corrente;

VI - número e data do registro na CVM;

VII - identificação dos direitos e obrigações da empresa emissora e dos subscritores dos certificados, conforme especificado no contrato de que trata o inciso IV do artigo 4º desta Instrução;

VIII - condições de distribuição no que concerne à colocação dos Certificados junto ao público e eventual garantia de subscrição prestada pelo líder e consorciados;

IX - demonstrativo dos custos da distribuição dos Certificados;

X - garantias oferecidas pela empresa emissora, se houver; e

XI - indicação dos meios que serão utilizados para a veiculação das informações previstas nesta Instrução.

Parágrafo Único - Após essas indicações o prospecto deverá conter o seguinte texto:

"O registro da presente emissão não implica, por parte da CVM, garantia da veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade do projeto, da empresa emissora ou da rentabilidade e risco do investimento representado pelo Certificado de Investimento."

Art. 12 - O prospecto definitivo deverá estar à disposição do público, para entrega, durante o período de distribuição, em número suficiente de exemplares, nos locais de distribuição da emissão.

Art. 13 - É permitida a utilização de prospecto preliminar, na fase que anteceder ao registro de emissão, desde que as informações nele contidas sejam aquelas referidas no artigo 11 desta Instrução.

Art. 14 - No prospecto mencionado no artigo anterior, deverá constar a caracterização "Prospecto Preliminar" em sua capa, além de mencionar expressamente o seguinte:

"I - As informações contidas nesta publicação serão objeto de análise por parte da CVM, que examinará a sua adequação às exigências da regulamentação pertinente.

II - O prospecto definitivo estará à disposição dos investidores, para entrega, nos locais onde serão colocados os Certificados de Investimento junto ao público, durante o período de distribuição."

DO MATERIAL PUBLICITÁRIO

Art. 15 - A utilização de qualquer texto publicitário para oferta, anúncio, ou promoção da distribuição dos Certificados de Investimento, somente poderá ser adotada após a concessão do registro e dependerá de exame e prévia aprovação da CVM.

Parágrafo Único - A CVM terá prazo de dois dias úteis, contados da data da entrega, para se manifestar, após o que considerar-se-á aprovado o texto publicitário.

Art. 16 - O texto publicitário não poderá divergir das informações do prospecto.

DA DISTRIBUIÇÃO DOS CERTIFICADOS DE INVESTIMENTO

Art. 17 - A distribuição dos Certificados de Investimento só poderá ser iniciada após:

I - a concessão do registro pela CVM; e

II - o prospecto estar disponível para entrega aos investidores.

DA SUSPENSÃO DA DISTRIBUIÇÃO

Art. 18 - A CVM poderá suspender, a qualquer tempo, a distribuição que se esteja processando em condições diversas das constantes da presente Instrução e/ou do registro, quando a mesma tiver sido havida como ilegal ou fraudulenta, ainda que após efetuado o respectivo registro.

DO ENCERRAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO

Art. 19 - Encerrada a distribuição e integralização, a CVM comunicará ao Ministério da Cultura o resultado da captação.

DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

Art. 20 - Se não for concluída a captação de recursos dentro do prazo previsto no inciso IV do artigo 11 desta Instrução, o registro será cancelado pela CVM.

DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA EMISSORA

Art. 21 - Incumbe à empresa emissora, direta ou indiretamente, providenciar:

a) a aquisição de direitos de obras literárias, argumentos e roteiros necessários às produções vídeo-cinematográficas;

b) a contratação de diretores, pessoal técnico e serviços artísticos;

c) a compra ou locação de equipamentos e materiais;

d) a contratação de serviços de assessoramento financeiro e administrativo; e

e) todas as demais atividades necessárias à execução do empreendimento.

Parágrafo Único - As despesas decorrentes da contratação de intermediação financeira incluem-se entre os custos orçamentários, podendo ser deduzidas dos recursos captados, nos termos do inciso VIII do artigo 10 desta Instrução.

Art. 22 - A empresa emissora deverá manter livros de registro de transferência dos Certificados de Investimento ou contratar serviço para esse fim com instituição financeira autorizada pela CVM.

Art. 23 - A contabilização dos direitos de comercialização será efetuada em livros próprios e em separado e será de responsabilidade de contabilista credenciado pelo respectivo Conselho Regional de Contabilidade - CRC.

Art. 24 - A empresa emissora deverá elaborar, até o dia 10 (dez) do mês subseqüente ao de referência, relatório mensal sobre a integralização das quotas e evolução do projeto, de acordo com os formulários constantes dos Anexos I e II a esta Instrução, exceto durante o período de distribuição, de acordo com o que dispõe o inciso VI do artigo 10 desta Instrução.

§ 1º - O relatório mensal e o de evolução do projeto deverão ser colocados na sede da empresa emissora, à disposição dos titulares das quotas de investimento, sendo encaminhadas cópias à CVM e à Secretaria para o Desenvolvimento Audiovisual do Ministério da Cultura.

§ 2º - O relatório mensal deverá conter, no mínimo, os seguintes dados:

a) mês e ano de referência;

b) denominação do projeto e seu número de registro na CVM;

c) identificação do emissor e do intermediário financeiro;

d) valor da emissão;

e) quantidade das quotas integralizadas, no mês;

f) saldo das quotas não colocadas, informado no relatório anterior , bem como o saldo atual das quotas a serem colocadas; e

g) data da integralização das quotas, nomes dos subscritores e respectivas quantidades integralizadas.

§ 3º - O relatório sobre a evolução física do projeto deverá conter, no mínimo, além das informações constantes nas alíneas de "a" a "c" do parágrafo anterior, as seguintes:

a) as datas previstas para o início e término de cada fase do projeto, conforme aprovado pelo Ministério da Cultura;

b) as datas reais do início e do término de cada fase do projeto, conforme a sua respectiva evolução; e

c) informações sobre fatos relevantes ocorridos no período.

Art. 25 - Uma vez concluído o projeto, a empresa emissora deverá elaborar e divulgar, semestralmente, relatório contendo informações acerca dos rendimentos decorrentes da comercialização do projeto, de acordo com o formulário constante do Anexo III a esta Instrução.

§ 1º - O relatório semestral deverá ser colocado à disposição dos titulares dos Certificados de Investimento, na sede da empresa emissora, e encaminhadas cópias à CVM e à Secretaria para o Desenvolvimento Audiovisual do Ministério da Cultura, na mesma data de sua divulgação, a qual não poderá ultrapassar 30 (trinta) dias decorridos desde o encerramento do semestre.

§ 2º - O relatório semestral deverá conter, no mínimo, além das informações constantes das alíneas "b" e "c" do § 2º do artigo anterior, os seguintes dados:

a) semestre e ano de referência;

b) receita bruta auferida no período, com identificação de suas origens, os impostos e taxas incidentes, as despesas de comercialização, as comissões de distribuição, a participação dos exibidores, bem como quaisquer outros custos ou despesas a ela associados;

c) renda líquida do período, valor-base para o cálculo das participações a serem atribuídas aos detentores de Certificados de Investimento;

d) percentual de participação atribuído contratualmente aos detentores de Certificados de Investimento;

e) quantidade de quotas emitidas;

f) montante global atribuído aos quotistas; e

g) valor líquido, em moeda corrente, da participação unitária de cada quota do projeto.

§ 3º - o relatório semestral deverá ser assinado pelo diretor ou sócio gerente da empresa produtora, responsável pelo projeto junto à CVM, e por um contabilista credenciado pelo respectivo Conselho Regional de Contabilidade - CRC.

Art. 26 - A empresa emissora deverá ainda prestar informações sobre os seguintes eventos:

I - comunicação sobre ato ou fato relevante, nos termos do artigo 157, § 4º da Lei nº 6.404, de 15.12.76 e da Instrução CVM nº 31, de 08.02.84, no mesmo dia de sua divulgação pela imprensa;

II - pedido de concordata, seus fundamentos e demonstrações financeiras especialmente levantadas para a obtenção do benefício legal;

III - sentença concessiva de concordata;

IV - pedido ou confissão de falência, no mesmo dia de sua ciência pela empresa, ou do ingresso do pedido em juízo, conforme o caso;

V - sentença declaratória de falência, com indicação do síndico da massa falida, no mesmo dia de sua ciência pela empresa; e

VI - outras informações solicitadas pela CVM, no prazo que esta assinalar.

Parágrafo Único - Aplicar-se-ão à empresa emissora e seus administradores as disposições contidas na Instrução CVM nº 31/84.

DA ASSEMBLÉIA DE TITULARES DE CERTIFICADOS

Art. 27 - Os titulares dos Certificados de Investimento poderão realizar assembléia para eleger representante, ao qual a empresa emissora garantirá o acesso à contabilização dos direitos de comercialização.

Art. 28 - Somente poderá exercer a função de representante dos titulares de Certificados a pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

I - ser titular de Certificado; e

II - não exercer cargo ou função na empresa emissora, ou prestar-lhe assessoria ou serviços de qualquer natureza.

Art. 29 - A assembléia poderá ser convocada por qualquer dos titulares de Certificados.

Parágrafo Único - O quorum de deliberação será o de maioria absoluta das quotas representadas pelos Certificados de Investimento.

DA MULTA COMINATÓRIA

Art. 30 - O descumprimento, pela empresa emissora, das obrigações e respectivos prazos, previstos nos artigos desta Instrução, ensejará a aplicação de multa diária, nos termos da legislação em vigor, sem prejuízo da responsabilidade dos administradores da empresa emissora, nos termos dos artigos 9º, inciso V, e 11 da Lei nº 6.385/76.

DA INFRAÇÃO DE NATUREZA OBJETIVA

Art. 31 - Constitui hipótese de infração de natureza objetiva, em que poderá ser adotado rito sumário de processo administrativo, o não encaminhamento, no prazo devido, dos formulários previstos nos artigos 24 e 25 desta Instrução.

DA INFRAÇÃO GRAVE

Art. 32 - Considera-se infração grave, pará os efeitos do § 3º do artigo 11 da Lei nº 6.385/76, sem prejuízo da multa de que trata o § 1º do mesmo artigo, a distribuição:

I - que se esteja processando em condições diversas das constantes no registro;

II - realizada sem prévio registro na CVM; e

III - efetivada sem intermediação das instituições mencionadas no artigo 4º desta Instrução.

DA VIGÊNCIA

Art. 33 - Esta Instrução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, ficando revogadas as Instruções CVM nºs 208, de 07 de fevereiro de 1994; 240, de 17 de novembro de 1995 e 256, de 08 de novembro de 1996.

Original assinado por

Francisco Augusto da Costa e Silva
PRESIDENTE

Publicação:
D.O.U. de 17/04/97
Pag. 7.675, Seção I.

ANEXO I

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
INFORMAÇÃO MENSAL AUDIOVISUAL - IMA

NTIFICAÇÃO DO PROJETO

ENOMINAÇÃO DO PROJETO		1.2 - MÊS / ANO DE REFERENCIA /
3 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO EMISSOR		1.4 - CGC DO EMISSOR
5 - RAZÃO SOCIAL DO INTERMEDIARIO FINANCEIRO		1.6 - CGC INTERMED FINANCEIRO
7 - VALOR DA EMISSÃO [ ] R$ [ ] UFIR	1.8 - VALOR UNITARIO DA QUOTA (R$)	1.9 - REGISTRO PROJETO NA CVM CAV/ /
10- QUANTIDADE DE QUOTAS EMITIDAS	1.11 - SALDO DE QUOTAS PERIODO ANTERIOR	1.12- SALDO DE QUOTAS ATUAL

- COLOCAÇÃO DAS QUOTAS

1 - DATA DA NTEGRALIZAÇÃO	2.2 - SUBSCRITOR	2.3- QUANTIDADE DE QUOTAS INTEGRALIZADAS

3- RESPONSÁVEL PELO PROJETO JUNTO À CVM

3.1 - NOME COMPLETO	3.2 - Nº IDENTIDADE/ ORGÃO EXPEDIDOR	3.3 - DATA	3.4 - ASSINATURA

TRUÇÃO DE PREENCHIMENTO: INFORMAÇÃO MENSAL AUDIOVISUAL - IMA

NOME DO CAMPO	CONTEÚDO
- IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO	
1.1 - DENOMINAÇÃO DO PROJETO	O nome do projeto registrado na CVM, conforme documento que concedeu o registro.
1.2 - MÊS/ANO DE REFERÊNCIA	O mês e o ano a que se refere a INFORMAÇÃO
1.3 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO EMISSOR	O nome ou a razão social do produtor cinematográfico, conforme documento que concedeu o registro.
1.4 - CGC DO EMISSOR	Auto explicativo
1.5 - RAZÃO SOCIAL DO INTERMEDIÁRIO FINANCEIRO	O nome ou a razão social do intermediário financeiro, conforme documento que concedeu o registro.
1.6 CGC INTERMED FINANCEIRO	Auto explicativo
1.7- VALOR DA EMISSÃO	O valor registrado da emissão, em "R$" ou em "UFIR ", conforme o documento da CVM que concedeu o registro.
1.8 - VALOR UNITÁRIO DA QUOTA (R$)	O valor , em Real, pelo o qual foi vendida a quota
1.9 - REGISTRO PROJETO NA CVM	O número do registro do projeto na CVM, conforme documento que concedeu o registro.
1.10 - QUANTIDADE DE QUOTAS EMITIDAS	Conforme documento da CVM que concedeu o registro
1.11 - SALDO DE QUOTAS PERÍODO ANTERIOR	O saldo das quotas ainda não subscritas e integralizadas, no mês anterior.
1.12- SALDO DE QUOTAS ATUAL	O saldo das quotas ainda não subscritas e integralizadas, no mês de referência.
2 - COLOCAÇÃO DAS QUOTAS	
2.1 - DATA DA INTEGRALIZAÇÃO	A data em que a quota foi integralizada pelo comprador.
2.2 - SUBSCRITOR	Nome ou razão social do subscritor da quota
2.3- QUANTIDADE DE QUOTAS INTEGRALIZADAS	A quantidade de quotas integralizadas pelo subscritor
3- RESPONSÁVEL PELO PROJETO JUNTO À CVM	
3.1 - NOME COMPLETO	Nome completo do responsável pelo projeto, do intermediario financeiro, junto à CVM
3.2 - Nº IDENTIDADE/ ÓRGÃO EXPEDIDOR	Auto explicativo
3.3 - DATA	A data da elaboração deste formulário
3.4 - ASSINATURA	Auto explicativo

ANEXO II

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

INFORMAÇÃO FÍSICA AUDIOVISUAL - IFA

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

1.1 - DENOMINAÇÃO DO PROJETO	1.2-Nº PROJETO CVM CAV/ /	1.3 - MES / ANO DE REFERENCIA /
1.4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO EMISSOR		1.5 - CGC DO EMISSOR
1.6 - RAZÃO SOCIAL DO INTERMEDIARIO FINANCEIRO		1.7 - CGC INTERMED FINANCEIRO

2 - EVOLUÇÃO FÍSICA DO PROJETO

FASE	2.1 - PREVISÃO		2.2 - REALIZAÇÃO	
	2.1 .1 - DATA DE INÍCIO	2.1.2 - DATA DE TÉRMINO	2.2.1 - DATA DE INÍCIO	2.2.2 - DATA DE TÉRMINO
PRÉ-PRODUÇÃO				
PREPARAÇÃO				
FILMAGEM				
PÓS-PRODUÇÃO				
FINALIZAÇÃO				

3 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE O PROJETO

3.1 - INFORMAÇÕES RELEVANTES

4 - RESPONSÁVEL PELO PROJETO JUNTO À CVM

4.1 - NOME COMPLETO	4.2 - Nº IDENTIDADE/ ORGÃO EXPEDIDOR	4.5 - DATA	4.6 - ASSINATURA

INSTRUÇÃO DE PREENCHIMENTO: INFORMAÇÃO FÍSICA AUDIOVISUAL - IFA

NOME DO CAMPO	CONTEÚDO
1- IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO	
1.1 - DENOMINAÇÃO DO PROJETO	O nome do projeto registrado na CVM, conforme documento que concedeu o registro.
1.2-Nº PROJETO CVM	O número do registro do projeto na CVM, conforme documento que concedeu o registro
1.3 - MÊS/ANO DE REFERÊNCIA	O mês e o ano a que se refere a informação
1.4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO EMISSOR	O nome ou a razão social do produtor cinematográfico, conforme documento que concedeu o registro.
1.5 - CGC DO EMISSOR	Auto explicativo
1.6 - RAZÃO SOCIAL DO INTERMEDIÁRIO FINANCEIRO	Auto explicativo
1.7 - CGC INTERMED FINANCEIRO	Auto explicativo
2 - EVOLUÇÃO FÍSICA DO PROJETO 2.1 - PREVISÃO	
2.1 .1 - DATA DE INÍCIO	Data prevista para o início da fase, conforme projeto aprovado pelo Ministério da Cultura.
2.1.2 - DATA DE TÉRMINO	Data prevista para o término da fase, conforme projeto aprovado pelo Ministério da Cultura
2.2 - REALIZAÇÃO	
2.2.1 - DATA DE INÍCIO	Data real do início da fase do projeto.
2.2.2 - DATA DE TÉRMINO	Data real do término da fase do projeto
3 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE O PROJETO	
3.1 - INFORMAÇÕES RELEVANTES	Informações que esclareçam os fatos relevantes ocorridos na execução do projeto.
4- RESPONSÁVEL PELO PROJETO JUNTO À CVM	
4.1 - NOME COMPLETO	Nome completo do responsável pelo projeto, do intermediário financeiro, junto à CVM
4.2 - Nº IDENTIDADE/ ÓRGÃO EXPEDIDOR	Auto explicativo
4.3 - DATA	A data da elaboração deste formulário
4.4 - ASSINATURA	Auto explicativo

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

INFORMAÇÕES SEMESTRAIS AUDIOVISUAL - ISA

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

1.1 - DENOMINAÇÃO DO PROJETO	1.2-Nº PROJETO CVM	1.3 - SEMESTRE DE REFERÊNCIA
	CAV/ /	__/__/__ A __/__/__

2 - IDENTIFICAÇÃO DA PRODUTORA

2.1 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO EMISSOR			2.2 - CGC/CPF	
2.3 - ENDEREÇO COMPLETO (LOGRADOURO E COMPLEMENTO)			2.4 - BAIRRO	
2.5- CEP	2.6 - CIDADE	2.7- UF	2.8-TELEFONE	2.9-TELEFAX

3 -INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3.1 - RECEITA BRUTA NO PERÍODO	R$	=
3.1.1 -IMPOSTOS E TAXAS	R$	-
3.1.2 - DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO	R$	-
3.1.3 - COMISSÃO DE DISTRIBUIÇÃO	R$	-
3.1.4 -PARTICIPAÇÃO DOS EXIBIDORES	R$	-
3.1.5 - OUTROS CUSTOS / DESPESAS	R$	-
3.2 -RECEITA LÍQUIDA (VALOR BASE PARA DISTRIBUIÇÃO)	R$	=
3.3 - PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO DOS INVESTIDORES	%	%
3.4 - QUANTIDADE DE QUOTAS DO PROJETO		=
3.5 -MONTANTE ATRIBUÍDO AOS QUOTISTAS	R$	=
3.6 - VALOR LÍQUIDO UNITÁRIO ATRIBUÍDO A CADA QUOTA	R$	=

A) CÁLCULO : 3.2 = 3.1 - (3.1.1 + 3.1.2 +3.1.3+3.1.4+31.5) ; 3.5 = 3.2 X 3.3; 3.6 = 3.5 / 3.4.

3 - CONTABILISTA HABILITADO

3.1 - NOME COMPLETO	3.2 - Nº REGISTRO CRC	3.3 - DATA	3.4 - ASSINATURA	
3.5 - ENDEREÇO COMPLETO (LOGRADOURO E COMPLEMENTO)			3.6 - BAIRRO	
3.7- CEP	3.8 - CIDADE	3.9- UF	3.10-TELEFONE	3.11-TELEFAX

4 - RESPONSÁVEL PELO PROJETO JUNTO À CVM

4.1 - NOME COMPLETO	4.2 - Nº IDENTIDADE/ ORGÃO EXPEDIDOR	4.5 - DATA	4.6 - ASSINATURA

SA270397

CAMPO	PREENCHIMENTO
AÇÃO DO PROJETO	
MINAÇÃO DO PROJETO	O nome do projeto registrado na CVM, conforme documento que concedeu o registro
ROJETO CVM	Nº do projeto, conforme documento que concedeu o registro
EMESTRE DE REFERÊNCIA	O dia , o mês e o ano de início e de fim do semestre a que se refere a informação
IDENTIFICAÇÃO DA PRODUTORA	
1 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO MISSOR	O nome ou a razão social do produtor cinematográfico, conforme documento que concedeu o registro
2 - CGC/CPF	Auto explicativo
3 - ENDEREÇO COMPLETO OGRADOURO E COMPLEMENTO)	Auto explicativo
4 - BAIRRO	Auto explicativo
5.- CEP	Código de endereçamento postal, do endereço.
6 - CIDADE	Auto explicativo
7- UF	Unidade da federação, onde se situa a cidade.
8 -TELEFONE	Número do telefone, inclusive o código de discagem à distância (DDD).
9 -TELEFAX	Número do fax, inclusive o código de discagem à distância (DDD).
-INFORMAÇÃO FINANCEIRA	
1 - RECEITA BRUTA NO PERÍODO	Somatório de todas as receitas auferidas, no período, com o projeto..
1.1 -IMPOSTOS E TAXAS	Auto explicativo
1.2 - DESPESAS DE OMERCIALIZAÇÃO	Despesas inerentes à comercialização do projeto.
1.3 - COMISSÃO DE DISTRIBUIÇÃO	Comissões pagas aos distribuidores do filme.
1.4 -PARTICIPAÇÃO DOS XIBIDORES	Valores pagos aos EXIBIDORES do filme.
1.5 - OUTROS CUSTOS / DESPESAS	Demais custos ou despesas, não abrangidos pelos itens acima.
2 -RECEITA LÍQUIDA (VALOR BASE ARA DISTRIBUIÇÃO)	Receita bruta, no período, menos o somatório dos itens "3.1.1" a "3.1.5".
3 - PERCENTUAL DE ARTICIPAÇÃO DOS INVESTIDORES	Conforme constate no contrato.
4 - QUANTIDADE DE QUOTAS DO ROJETO	Conforme registro na CVM.
5 -MONTANTE ATRIBUÍDO AOS UOTISTAS	Resultado da aplicação do percentual do item "3.3" sobre o valor do item "3.2".
6 - VALOR LÍQUIDO UNITÁRIO TRIBUÍDO A CADA QUOTA	Resultado da divisão do item "3.5" pelo item "3.4".
- CONTABILISTA HABILITADO	
1 - NOME COMPLETO	Nome completo do contabilista responsável pela escrituração da comercialização
2 - Nº REGISTRO CRC	Número do registro do contabilista no Conselho Regional de Contabilidade .
3 - DATA	Data da elaboração deste formulário.
4 - ASSINATURA	Auto explicativo.
5 - ENDEREÇO COMPLETO OGRADOURO E COMPLEMENTO)	Auto explicativo.
6 - BAIRRO	Auto explicativo
7- CEP	Código de endereçamento postal, do endereço
8 - CIDADE	Auto explicativo
9- UF	Unidade da federação, onde se situa a cidade
10 -TELEFONE	Número do telefone, inclusive o código de discagem à distância (DDD
11 -TELEFAX	Número do fax, inclusive o código de discagem à distância (DDD).
- RESPONSÁVEL PELO PROJETO UNTO À CVM	
1 - NOME COMPLETO	Nome completo do responsável pelo projeto, do intermediário financeiro, junto à CVM
2 - Nº IDENTIDADE/ ÓRGÃO XPEDIDOR	Auto explicativo
5 - DATA	A data da elaboração deste formulário
6 - ASSINATURA	Auto explicativo

PORTARIA Nº 93, DE 11 DE ABRIL DE 1997

Baixa normas para apresentação e exame de projetos audiovisuais incentivados na forma do art. 1º da Lei nº 8.685, de 20/07/93, e dá outras providências

O MINISTRO DE ESTADO DA CULTURA, no uso de suas atribuições e tendo em vista os dispostos nas Leis nºs 8.313, de 23 de dezembro de 1991, 8.401, de 8 de janeiro de 1992, 8.685, de 20 de julho de 1993, 9.323, de 5 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 974, de 8 de novembro de 1993, resolve:

Art. 1º Os recursos provenientes das deduções do imposto sobre a renda, de que trata o art. 1º da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, com a redação dada pela Lei nº 9.323, de 5 de dezembro de 1996, poderão ser utilizados em:

I - Projetos de produção de obras audiovisuais cinematográficas brasileiras de produção independente;
II - Projetos de exibição, distribuição e infra-estrutura técnica, específicos da área audiovisual cinematográfica de empresa brasileira.

§ 1º Os recursos incentivados de que trata esta Portaria não poderão ser utilizados em despesas com aquisição, reforma ou construção de imóveis.

§ 2º O limite máximo de aporte dos recursos incentivados será de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), por projeto.

Art. 2º A contrapartida de recursos próprios ou de terceiros, correspondente a vinte por cento do orçamento global do projeto, conforme alínea "a" do art. 2º da Lei nº 9.323, de 5 de dezembro de 1.996, de responsabilidade do proponente, não poderá ser financiada com recursos provenientes de incentivos fiscais concedidos pelas áreas federais, estaduais e municipais.

Art. 3º No caso da utilização conjunta de recursos provenientes de incentivos fiscais das Leis nº 8.313/91, 6.685/93 e 9.323/96, o valor total captado não poderá exceder a oitenta por cento do orçamento global do projeto aprovado.

DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

Art. 4º Para a habilitação jurídica da proponente junto à Secretaria para o Desenvolvimento Audiovisual do Ministério da Cultura - SDAv, para exame e aprovação dos projetos referidos no art. 1º, exigir-se-á os seguintes documentos:

I - requerimento da proponente;
II - contrato social e suas posteriores alterações, se houverem, devidamente registrados na Junta Comercial da sede da empresa;
III - cartão de registro no Cadastro Geral de Contribuintes - C.G.C.;
IV - certidões de regularidade de tributos federais, fornecidas pela Secretaria da Receita Federal - SRF e da Dívida Ativa da União, fornecidas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN;
V - comprovantes de inexistência de débito com o INSS e o FGTS e/ou PIS/PASEP.

§ 1º Os documentos elencados neste artigo poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia devidamente autenticada por Cartório competente.

§ 2º Os documentos constantes dos incisos II a V, com exceção da Certidão Negativa de Débito para com o INSS, poderão ser substituídos por cópia do comprovante de registro no Sistema de Cadastramento Unificado dos Fornecedores. - SICAF.

§ 3º A comprovação da regularidade da proponente será obtida pela SDAv, através de consulta *"on-line"* ao SICAF, com emissão de declaração da situação verificada.

§ 4º A proponente deverá manter atualizada a documentação de habilitação jurídica que servirá de referência para o Cadastramento de projetos audiovisuais.

DOS PROJETOS - DA DOCUMENTAÇÃO DAS OBRAS

Art. 5º A proponente habilitada deverá apresentar os projetos previstos nos incisos I e II do art. 1º em 2 (duas) vias assinadas, com todas as suas páginas numeradas, devendo conter os seguintes elementos:

I - documentação básica:

a) identificação do projeto e da empresa proponente;
b) sinopse e justificativa;
c) orçamento analítico expresso em reais;
d) demonstrativo de receita;
e) cronograma de execução física, com indicação dos prazos de início e conclusão de cada etapa;
f) *curriculum* da proponente;
g) *curriculum* do produtor;
h) declaração da disponibilidade financeira da contrapartida mínima obrigatória de 20% (vinte por cento), com recursos próprios ou de terceiros, não incentivados;
i) indicação do nome e número da agência do Banco do Brasil S/A em que deverá ser aberta a *Conta de Captação*, de aplicação financeira especial, de que trata o art. 4º da Lei nº 8.685/93.

II - os projetos de produção de obras audiovisuais deverão conter, anexo:

a) roteiro;
b) *curriculum* do diretor da obra;
c) análise técnica;
d) plano de produção;
e) certificado de registro do roteiro na Fundação Biblioteca Nacional;
f) promessa de Cessão dos Direitos de adaptação da obra em que se baseia o projeto, quando for o caso, ou declaração de autenticidade;
g) contrato de co-produção, se houver.

III - os projetos específicos de distribuição serão acrescidos dos seguintes elementos:

a) viabilidade técnica;
b) viabilidade comercial;
c) memorial descritivo, por etapa, com custo unitário e global por unidade.

IV - os projetos específicos de exibição e infra-estrutura técnica, além dos documentos relacionados no inciso anterior, serão acrescidos dos seguintes:

a) plantas e croquis;
b) catálogos de equipamentos.

§ 1º À exceção da alínea "g" do inciso I, alíneas "e", "f" e "g" do inciso II, alíneas "a" e "b" do inciso IV, a documentação poderá ser apresentada em disquete 3 1/2, usando o processador de textos Word, e/ou a planilha Excel, identificado com etiqueta, contendo a discriminação, em ordem sequencial de seu conteúdo.

DAS INCLUSÕES NECESSÁRIAS

§ 2º Nos projetos de produção de obras cinematográficas de natureza comercial deverão ser incluídos, no mínimo, os custos básicos de comercialização da obra nos mercados de exibição, referentes à elaboração de:

I - material de divulgação e mídia;
II - uma cópia de 35mm, banda internacional, no mínimo;
III - um master positivo em película;
IV - um master em vídeo (telecinagem ou processo semelhante);
V - copiagem de fitas;
VI - legendagem para língua estrangeira.

DOS INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS

§ 3º As despesas decorrentes da contratação de intermediários financeiros, para a colocação pública dos Certificados de Investimento, deverão ser incluídas no orçamento analítico previsto na alínea "c" do inciso I do art. 5º.

§ 4º A SDAv poderá solicitar a inclusão no projeto de outros elementos, além dos previstos neste artigo.

DO PRAZO DE ANÁLISE

Art. 6º Os projetos apresentados serão analisados, individualmente, no prazo máximo de 30 dias.

§ 1º O prazo estabelecido neste artigo começará a fluir a partir do primeiro dia útil do recebimento do projeto pela SDAv, mediante protocolo.

§ 2º O prazo de análise poderá ser interrompido, caso a SDAv solicite, por escrito, documentos e/ou informações adicionais, reiniciando-se após o cumprimento das exigências.

§ 3º O não cumprimento das exigências no prazo máximo de trinta dias, a contar da data da solicitação formal, implicará na devolução do projeto à proponente.

DO COMPROVANTE DE APROVAÇÃO DO PROJETO

Art. 7º A SDAv emitirá Comprovante de Aprovação de Projeto, em duas vias, conforme modelo constante do Anexo I desta Portaria, que habilitará a proponente a solicitar à Comissão de Valores Mobiliários - CVM autorização para o registro de emissão e distribuição pública de Certificados de Investimento, de que trata o artigo 1º do Decreto nº 974/93.

§ 1º A expedição do Comprovante de Aprovação de Projeto será realizada após a comunicação pela agência do Banco do Brasil S/A. à SDAv, do número da *Conta de Captação* aberta.

§ 2º O Comprovante de Aprovação de Projeto terá validade de 360 (trezentos e sessenta) dias, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante pedido devidamente justificado.

§ 3º Havendo pedido de prorrogação, será necessária a revalidação dos documentos, referidos no art 4º, que contenham os prazos de validade.

Art. 8º O valor da captação a ser requerido junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, consignado no Comprovante de Aprovação de Projeto, não poderá ser alterado.

DA CONTA DE CAPTAÇÃO ESPECÍFICA

Art. 9º Os recursos decorrentes da colocação no mercado dos Certificados de Investimento serão depositados, obrigatoriamente, na *Conta de Captação* especialmente aberta e mantida junto ao Banco do Brasil S/A, nos termos do art. 4º da Lei nº 8.685/93.

§ 1º A SDAv autorizará, expressamente, a abertura da *Conta de Aplicação* em nome do projeto e da proponente junto à agência do Banco do Brasil S/A, indicada no documento previsto no § 1º do art. 7º.

§ 2º Os valores depositados na *Conta de Aplicação*, enquanto não autorizadas as suas movimentações, poderão ser aplicados em fundos de investimentos ou em operação de mercado aberto lastreado em títulos da Dívida Pública Federal, a critério da proponente, de acordo com instruções do Banco do Brasil S/A.

§ 3º Os rendimentos das aplicações referidas no parágrafo anterior serão utilizados, obrigatoriamente, na execução do projeto, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os valores decorrentes da captação através da emissão de Certificados de Investimento.

DAS MOVIMENTAÇÕES

Art. 10º A movimentação dos recursos da *Conta de Captação* será autorizada pela SDAV, quando houver:

I- garantia firme contratual de subscrição das quotas por parte da instituição financeira responsável pela distribuição;
II - subscrição e integralização de pelo menos 80% (oitenta por cento) do montante registrado da distribuição.

§ 1º A proponente que comprovadamente, estiver em condições de iniciar a filmagem do projeto e que tiver integralizado no mínimo 60% (sessenta por cento) do montante registrado, poderá solicitar a liberação dos recursos à SDAV.

§ 2º A liberação de recursos de que trata o parágrafo anterior se dará, exclusivamente, para o início da filmagem, não se aplicando a outras etapas anteriores e posteriores.

§ 3º Na hipótese da movimentação dos recursos ocorrer nos termos do inciso II, o saldo somente será liberado após a integralização do total registrado.

§ 4º Na hipótese da movimentação dos recursos ocorrer nos termos do §1º, o saldo somente será liberado após a integralização de, no mínimo, 80 (oitenta por cento) e o restante, nos termos do parágrafo anterior.

Art. 11. As liberações dos recursos depositados dar-se-ão mediante a apresentação pela proponente da "Solicitação de Liberação de Recursos", de acordo com o modelo Anexo II desta Portaria.

§ 1º Na hipótese da complementação dos recursos captados serem oriundos de reinvestimento, a proponente deverá apresentar à SDAv, juntamente com os demais documentos indicados no *caput* deste artigo, os Certificados de Investimento objeto da troca prevista no art. 14.

§ 2º A SDAv autorizará o Banco do Brasil S/A a transferir os recursos correspondentes aos reinvestimentos para a conta da proponente beneficiária, bem como comunicará à CVM as liberações e a relação dos Certificados de Investimento que forem trocados.

DA TRANSFERÊNCIA DE CONTAS BANCÁRIAS

Art. 12. Os recursos da *Conta de Captação* junto ao Banco do Brasil S/A que tenham suas liberações autorizadas, quando do interesse da proponente por outra instituição bancária para sua regular movimentação, somente poderão ser transferidos, de igual forma, para conta específica de cada projeto, sendo vedados quaisquer outros depósitos ou movimentações financeiras a que título for.

Parágrafo Único. A proponente comunicará à SDAv o nome do Banco, a agência e a conta específica de movimentação.

DA COMPROVAÇÃO DE INÍCIO DAS FILMAGENS

Art. 13. A proponente deverá comprovar, junto à SDAv, o início das filmagens, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da liberação dos recursos, com a indicação dos contratos já firmados com o Diretor de Produção, o Diretor Executivo, o Diretor de Fotografia, o elenco principal, o Cenógrafo e a apresentação da lista de locações e do plano de filmagem.

DA POSSIBILIDADE DE REINVESTIMENTO

Art. 14. Encerrado o prazo de distribuição dos Certificados de Investimento e havendo captação parcial de recursos, os titulares de Certificados dos projetos cancelados poderão, no prazo de 60 (sessenta) dias, reinvestir em outros projetos cujo volume de captação esteja igual ou acima de 60% (sessenta por cento) do valor registrado na CVM.

§ 1º O reinvestimento referido no *caput* deste artigo dar-se-á, por simples troca de Certificados de Investimento, junto à proponente do projeto, sem qualquer custo adicional.

§ 2º A troca de Certificados de que trata o parágrafo anterior será realizada pelo valor de face dos mesmos, descontados os custos de intermediação financeira pagos quando da colocação dos mesmos, se houverem.

Art. 15. Os saldos das *Contas de Captação* dos projetos cancelados que não tenham sido objeto de reinvestimento, bem como a restituição prevista no art. 21, serão transferidos à Fundação Nacional de Artes - FUNARTE para serem aplicados em projetos de produção de filmes de curta, média e longa-metragem e programas de apoio à produção cinematográfica.

DA OBRIGATORIEDADE DA ENTREGA DE CÓPIA DA OBRA

Art. 16. A proponente deverá entregar à SDAv cópia nova da obra audiovisual cinematográfica que resultar da utilização de recursos incentivados, na bitola original, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a conclusão do projeto.

Parágrafo Único. A SDAv depositará a cópia da obra audiovisual cinematográfica de que trata este artigo na Cinemateca Brasileira.

DO CRÉDITO OBRIGATÓRIO

Art. 17. As obras audiovisuais cinematográficas produzidas com recursos incentivados conterão, obrigatoriamente, nos créditos iniciais da apresentação, conforme modelo a ser fornecido pela SDAv, a menção da participação do Ministério da Cultura - Lei do Audiovisual.

Parágrafo Único. As peças de divulgação e publicidade referentes a comercialização da obra audiovisual deverão conter, também, a menção, Ministério da Cultura - Lei do Audiovisual.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 18. A proponente prestará contas da execução do projeto à SDAv, no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 19 A prestação de contas deverá ser apresentada pelo valor do orçamento constante no Comprovante de Aprovação de Projeto e de acordo com as alíneas "c", "d" e "e" do inciso I do art. 5º, contendo os seguintes elementos:

I - demonstrativo analítico da receita com a especificação de totais, as fontes de recursos, inclusive, a contrapartida;
II - demonstrativo analítico da despesa com sua especificação, número do documento e a identificação da pessoa física ou jurídica recebedora do pagamento;
III - extrato bancário das contas de que trata o art. 12º.

Art. 20. A SDAv poderá a qualquer tempo ter acesso à documentação contábil e solicitar, quando necessário, a comprovação das despesas realizadas na execução do projeto, bem como obter outras informações que julgar necessárias, sem prejuízo da prestação de contas.

DA DEVOLUÇÃO DOS RECURSOS

Art. 21. O não-cumprimento dos projetos com recursos já disponíveis, advindos dos incentivos criados pela Lei nº 8.685/93 e a não efetivação do investimento ou a sua realização em desacordo com o estatuído, implicam na devolução dos recursos recebidos, atualizados monetariamente, acrescidos de juros e demais encargos idênticos aos previstos na legislação do imposto de renda.

DO RECURSO ADMINISTRATIVO

Art. 22. No caso do projeto não ser aprovado caberá recurso à Secretaria-Executiva do Ministério da Cultura, no prazo máximo de cinco dias úteis, excluído o dia do recebimento da comunicação.

Parágrafo Único. A Secretaria-Executiva do Ministério da Cultura deliberará sobre o recurso no prazo máximo de (15) quinze dias, sendo definitiva a sua decisão.

DA PENDÊNCIA OU IRREG... ...DE

Art. 23. A existência de pendências ou irregularidades em projetos da proponente junto ao Ministério da Cultura suspenderá a análise e/ou concessão de novos incentivos, até a efetiva regularização.

Art. 24. A atuação do Banco do Brasil S/A será disciplinada em ato próprio a ser firmado com o Ministério da Cultura.

Art. 25. As decisões da SDAv, quanto aos projetos audiovisuais cinematográficos apresentados, serão publicadas no Diário Oficial da União.

Art. 26. Os casos omissos serão dirimidos pela SDAv.

Art. 27. Revoga-se a Portaria nº 70, de 08 de maio de 1996

Art. 28. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO WEFFORT

ANEXO I

MINISTÉRIO DA CULTURA

SECRETARIA PARA O DESENVOLVIMENTO AUDIOVISUAL

COMPROVANTE DE APROVAÇÃO DE PROJETO

Nº _____/__

Certifico que o projeto _____, de responsabilidade do proponente, _____, sito a _____, está credenciado a captar recursos através da colocação de certificados de investimento, nos termos da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, regulamentada pelo Decreto nº 974, de 08 de dezembro de 1993, e da Lei nº 9.323, de 5 de dezembro de 1996.

Valor do Orçamento: _____
Valor da Captação: _____

Válido até: _____

Em, de de 19 .

_____
Secretário

ANEXO II

SOLICITAÇÃO DE LIBERAÇÃO DE RECURSOS

Solicitamos à Secretaria para o Desenvolvimento Audiovisual autorizar a liberação dos recursos depositados na conta de captação, de acordo com as informações abaixo:

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO	
1.1 - DENOMINAÇÃO DO PROJETO	1.2 - Nº CAP

2 - IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE				
2.1 - NOME/RAZÃO SOCIAL			2.3 - CGC/CPF	
2.5 - ENDEREÇO COMPLETO (LOGRADOURO E COMPLEMENTO)			2.4 - BAIRRO	
2.6 - CIDADE	2.8 - UF	2.7 - CEP	2.9 - TELEFONE	2.10 - FAX

3 - COLOCAÇÃO DE QUOTAS	VALOR UNITÁRIO	QUANT.	VALOR TOTAL (R$ 1,00)
3.1 - EMISSÃO DE QUOTAS			
3.2 QUOTAS SUBSCRITAS			
3.3 QUOTAS CANCELADAS			

4 - INFORMAÇÕES FINANCEIRAS (R$ 1,00)		
4.1 - Nº DA CONTA CORRENTE	4.2 - CÓDIGO DA AGÊNCIA	4.3 - NOME DA AGÊNCIA
4.4 - VALOR BRUTO CAPTADO		4.5 - CUSTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA
4.6 - VALOR LÍQUIDO DEPOSITADO (4.6 = 4.4 - 4.5)		4.7 - RESULTADO DAS APLICAÇÕES
4.8 - SALDO ATUAL (4.8 = 4.6 + 4.7)		4.9 - VALOR A SER LIBERADO

5 - RESPONSÁVEL PELO PROJETO JUNTO À SDAv			
5.1 - NOME COMPLETO	5.2 - Nº IDENTIDADE/ÓRGÃO EXPED	5.3 - DATA	5.4 - ASSINATURA

(Of. ... 96/97)